



Jornal Oficial do Município de Descalvado

Órgão criado pela Lei Municipal nº 1.291, de 29 de Dezembro de 1992

Descalvado, 30 de Setembro de 2014

Ano XXII - Número: 413

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.846, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL DESTINADOS À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração do Orçamento Público dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, relativo ao exercício de 2015, as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, Estadual, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal LC-101, seus anexos e adendos, na Lei Orgânica do Município e nas Portarias editadas pelo Governo Federal aplicáveis à espécie.

Art. 2º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer à disposição constante dos anexos V e VI que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 3º As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da respectiva área administrativa, conforme descrito no Anexo IV do PPA 2014/2017, em anexo.

Art. 4º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária e conterá “reserva de contingência”, identificada pelo código 99999999, constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida.

§ 1º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 0,5% (meio por cento), da receita corrente líquida prevista (orçada), nos termos do

artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observarão as normas estabelecidas pela Portaria nº 339, de 29 de agosto de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional, ou disposições outras que entrarem em vigência até sua propositura.

§ 3º - O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações Públicas, será mantido pelo Poder Público Municipal.

§ 4º - O orçamento da seguridade social relativo aos Poderes Executivo e Legislativo municipal observará o disposto no inciso III, parágrafo 3º, do artigo 209 da Lei Orgânica do Município.

Art. 5º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta orçamentária até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000, para ser anexada à proposta deste Executivo.

Art. 6º - O processo de elaboração do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, contará com ampla participação popular, devendo o Poder Executivo Municipal promover audiência pública, que será divulgada e realizada em data estabelecida e sob os critérios por ele fixados.

Art. 7º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I** - prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II** - austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III** - equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como execução orçamentária;
- IV** - discriminação da despesa, quanto à sua natureza, e far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e fonte de recurso, nos termos do artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 8º - As movimentações do quadro de Pessoal e alterações salariais, de que trata o artigo 169, § 1º da CF, somente ocorrerão se atendidos os requisitos e limites da LRF, tanto pelos órgãos, entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações.

Art. 9º A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas superar a previsão da receita, para o correspondente exercício ressalvadas as previsões legais.

Art. 10 - As receitas e as despesas serão estimadas, toman-

do-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a tendência de crescimento econômico nacional, tudo nas conformidades dos Demonstrativos de Metas e Riscos Fiscais, constantes desta Lei.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à administração, quando verificar necessidade, proceder a:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - expansão do número de contribuintes;

IV - atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - As taxas, tarifas e preços públicos do exercício da política administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a atender as respectivas despesas.

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente de acordo com os índices do INPC/IBGE.

§ 4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, respeitada para essa programação o desembolso, por inteiro, dos Duodécimos do Poder Legislativo, na totalidade de seu orçamento, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceituado da LRF.

§ 5º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Art. 11 O Poder Executivo é autorizado, desde já, a:

I - realizar operações de créditos por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente excluídas das aberturas dotações do Legislativo;

III - contingenciar parte das dotações, exceto as do Poder Legislativo, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Parágrafo Único - Não onerarão o limite contido no inciso II, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 12 Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Parágrafo único - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá de:

I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II - publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações;

III - emitir ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV - divulgar os Planos, Programas, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos, Prestações de Contas, Pareceres do TCE-SP e, demais atos de interesse comum, inclusive na Internet, e que ficarão a disposição da comunidade;

V - efetuar o desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo.

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO GERAL

Art. 13 - O Orçamento Geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as Entidades da Administração Direta e Indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 14 - As despesas com pessoal e encargos dos poderes: Executivo e Legislativo, não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, às disposições consignadas no artigo 169 da Constituição Federal, e no artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% ao Executivo, e 6% ao Legislativo, da Receita Corrente Líquida.

Art. 15 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente aos programas constantes no ANEXO TCE-SP V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício, e no ANEXO TCE-SP VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental, que fazem parte integrante desta Lei, podendo, na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

Parágrafo único - Para cumprimento do disposto no art. 4º da LRF, integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 16 - As despesas com pessoal, poderão ser acrescidas a título de revisão salarial prevista na Constitucional Federal, se esta for inferior aos limites definidos na forma do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo as despesas com terceiros, e não poderão exceder o percentual da Receita Corrente Líquida, nos termos do artigo 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Outros acréscimos nas despesas com pessoal além do já definido no caput deste artigo deverão ser acompanhadas do memorial de cálculo da estimativa de impacto nas receitas correntes líquidas para os próximos 12 meses.

Art. 17 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições nos termos do art. 16 da Lei 4320, de 1964, não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor total

do orçamento atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, meio ambiente e trabalho, e que preencham as seguintes condições:

I - Comprovação de situação de regularidade

a) Documentação relativa a habilitação Jurídica

1. Estatuto Social da entidade, devidamente registrado em cartório competente;

2. Ata de Assembléia Geral de Eleição e Posse da Diretoria em exercício devidamente registrado em cartório competente;

3. Documento de identificação e CPF do representante legal da Entidade e do responsável pela gestão do projeto

4. Comprovante atualizado de endereço residencial do representante legal da entidade e endereço residencial do gestor do projeto; e

5. Comprovante do exercício pleno da propriedade, mediante Certidão de Registro no Cartório de Imóveis, quando o convênio tiver por objeto execução de obras ou benfeitorias no mesmo imóvel.

b) Documentação relativa a regularidade fiscal

1. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

2. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN do Ministério da Fazenda, podendo ser aceita a Certidão Positiva com efeito de Negativa;

3. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - fornecida pelo INSS, podendo ser aceita a Certidão Positiva com efeito de Negativa;

4. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou declaração assinada pelo presidente da entidade de que esta não possui inscrição estadual nem débitos pendentes junto a Fazenda Estadual;

5. Certidão de Tributos Municipais - Mobiliários e Imobiliários - fornecida pela Prefeitura Municipal; e

6. Apresentação de Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

7. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Ministério do Trabalho.

c) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício e do anterior devidamente assinados por contador registrado no CRC, pelo Presidente e pelo Tesoureiro; e

2. Certidão expedida pelo CRC/SP, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.

II - Comprovação de qualificação técnica:

a) Registro ou inscrição da entidade no órgão ou Conselho Municipal competente;

b) Certificação governamental de utilidade pública e/ou de entidade beneficente de assistência social;

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente, indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico disponíveis para a realização do objeto do convênio, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

d) Capacitação técnico-profissional: comprovação da enti-

dade proponente de que possui em seu quadro de pessoal, profissional devidamente competente que irá atuar como responsável técnico pela execução do projeto ou atividades;

c) manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do governo concedente; e

d) Atendimento dos requisitos previstos em lei especial ou normativa emitidas pela secretaria concedente, quando for o caso.

III - Declarações:

a) Declaração expressa do proponente de que não está em falta com relação às prestações de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública mediante convênios, acordos, ajustes, subvenções sociais, contribuições, auxílios ou similares;

b) Declaração, no caso de entidade privada, de que ela não tem como dirigente:

1. membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta ou colateral até o 2º grau; e

2. servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta ou colateral até o 2º grau.

c) Declaração de que os contratados com os recursos municipais não são integrantes do quadro de servidores públicos municipais, nem membros da diretoria, ainda que para serviços de consultoria ou assistência técnica; e

d) Declaração de que dispõe de capacidade técnica necessária a implantação e funcionamento do projeto.

Art. 18 - Os documentos necessários às comprovações a que se referem os Incisos I e II poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Art. 19 - As certidões a que se refere o Inciso I alínea “b” deverão ser apresentadas dentro dos respectivos prazos de validade.

Art. 20 - A destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, dependerá de:

I - previsão orçamentária;

II - identificação do beneficiário e do valor a ser transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

IV - justificativa, elaborada pelo órgão concedente, para firmar o convênio, contendo dentre outros o critério de escolha do convênio e as atividades a serem executadas;

V - plano de trabalho devidamente aprovado pelo secretário responsável contendo os cronogramas de execução, aplicação e desembolso, bem como cotações de preços realizadas para compor o custo do projeto;

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação ou norma interna;

VII - publicação, se for o caso, dos atos e normas expedidos por secretaria responsável, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício,

prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VIII - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio de inscrição no CNPJ e declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária assinada pelo presidente responsável, sob as penas da lei, ambos emitidos na data da proposição do convênio ou instrumento congênere;

IX - declaração de funcionamento regular, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;

X - declaração das condições de funcionamento satisfatórias emitida pelos órgãos competentes da área técnica responsável;

XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico, controle interno e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

XI - escrituração contábil regular da conveniada; e

XII - aplicação nas atividades-fim, de pelo menos 80% da receita total do beneficiário.

Parágrafo único - O disposto no inciso VIII deste artigo não se aplica aos recursos alocados para programas ou ações de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, que para tanto, deverão ter sido fundadas e organizadas em ano anterior ao de elaboração da Lei de Orçamento.

Art. 21 - A demonstração da situação de regularidade, deverá ser feita, quando da assinatura do convênio ou instrumento congênere e, também, quando da liberação das parcelas do cronograma de desembolso financeiro.

Parágrafo único - O concedente comunicará ao conveniente qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas de convênios ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de subvenção, auxílios ou contribuições para fins de regularização.

Art. 22 - Os empenhos da despesa, referentes a transferências, serão feitos, obrigatoriamente, em nome da entidade conveniente.

Art. 23 - Toda movimentação de recursos, por parte de convenientes, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - Os repasses serão efetuados através de instituição financeira oficial;

II - A entidade beneficiada deverá movimentar os recursos em conta bancária específica aberta para cada convênio ou instrumento congênere e os pagamentos deverão ser efetuados através de cheque nominal, ordem bancária, transferência eletrônica ou qualquer outro meio em que fique identificado o beneficiário final da despesa;

III - Os recursos recebidos pelo conveniente, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação de curto prazo ou operação de mercado lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade; e

IV - As despesas com tarifas bancárias, multas, juros e ou-

tras, correrão por conta da instituição conveniente.

V - As entidades convenientes deverão divulgar, em atendimento à Lei do Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), na internet ou em outros veículos de informação, os Planos, Programas, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer dos Conselhos Municipais e demais atos de interesse comum, os quais ficarão à disposição da população.

Parágrafo único - Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade concedente poderá autorizar, mediante justificativa e critérios, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, por meio de fundo fixo de caixa, desde que identificados no recibo ou nota fiscal pertinente o beneficiário final.

Art. 24 - O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Art. 25 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

I - mensagem;

II - projeto de lei orçamentária;

III - tabelas explicativas das receitas e despesas dos três últimos exercícios.

Parágrafo único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não devolver o referido Projeto de Lei para sanção ao Poder Executivo.

Art. 26 - Integrarão a Lei Orçamentária Anual:

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

II - sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;

III - sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;

IV - quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 27 - O Poder Executivo enviará, até o dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará e deliberará até o final da Sessão Legislativa Ordinária deste exercício, devolvendo-o, a seguir, para sanção e promulgação.

Art. 28 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária de recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autorizadas em Lei e Convênio.

Art. 29 - Caso os valores previstos nos presentes anexos apresentarem-se defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Art. 30 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios com outras esferas de Governo, a qualquer nível, para desenvolver programas nas áreas de Educação, Cultura, Turismo, Saúde, Assistência Social, e outras de interesse do Município, de acordo com legislação vigente.

Art. 31 - O poder executivo fica autorizado a conceder benefícios fiscais, visando o fomento e o desenvolvimento econômico do município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população, mediante Lei aprovada pelo Poder Legislativo, desde que os benefícios não venham a comprometer a efetivação das receitas previstas no orçamento a que se refere esta Lei, porém não exigidas as medidas de compensação de receitas, já que as mesmas não afetem as metas de resultados fiscais, já estabelecidos nesta LDO, para o exercício de 2015.

Art. 32 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 29 de Agosto de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 29 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3847, DE
05 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIA: VEREADOR ADILSON GONÇALVES

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO O EVENTO “QUADRANFEST”, A SER REALIZADO ANUALMENTE, NO SEGUNDO FINAL DE SEMANA DO MÊS DE OUTUBRO.

O Prefeito do Município de Descalvado; FAZ SABER que a Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Município de Descalvado o evento “QuadranFest”, a ser realizado, anualmente, no segundo final do mês de outubro.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 05 dias do mês de setembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Gabinete do Prefeito, em 05 de setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.848, DE
23 DE SETEMBRO DE 2.014

AUTORIA: VEREADOR ADILSON GONÇALVES

INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO, O “DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO RACISMO” E INSERE ESTA DATA NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do município de Descalvado, o “Dia Municipal de Combate ao Racismo”, a ser comemorado, anualmente, em 05 de dezembro.

Parágrafo único – Na semana em que estiver inserida a data fixada no caput deste artigo poderão ser realizadas palestras e outras atividades sobre a importância do combate ao racismo.

Art. 2º - A comemoração referida no artigo 1º passa, com a presente Lei, a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, se existirem, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 de Setembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 23 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.849, DE
23 DE SETEMBRO DE 2.014

AUTORIA: VEREADOR SEBASTIÃO JOSÉ RICCI

DENOMINA “MARIA DE LOURDES BARROSO” AS ATUAIS RUAS 02 E 03, RESPECTIVAMENTE LOCALIZADAS NO JARDIM CAMBARÁ II E JARDIM SANTA TEREZINHA, NO MUNICÍPIO DE DESCALVADO.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Municí-

pio de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se “MARIA DE LOURDES BARROSO” as atuais Ruas 02 e 03, respectivamente, localizadas no Jardim Cambará II e Jardim Santa Terezinha, no Município de Descalvado.

Art. 2º - Passarão a ter a mesma denominação seus eventuais prolongamentos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 23 de Setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.850, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

020708 – Divisão de Cultura			
020708.1339202231.031 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Cultura			
44905200 – Equipamentos e Material Permanente	02	R\$	60.000,00
	Total	R\$	60.000,00

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação do Recurso Vinculado no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) conforme crédito já efetuado no Banco do Brasil, conta corrente 507981-0, agência 6547-1 em 03/07/2014.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 23 de Setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.169, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares as seguintes dotações orçamentárias:

020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut. Atividade - Finanças			
31901100	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01	248	45.000,00
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030202632.091	Manut. Ativ. MAC (Federal)			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	05	103	40.000,00
33903900	OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	05	106	140.000,00
33903600	OUTROS SERV.S DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	05	105	19.000,00
020201.1030202632.090	Manut.Ativ. MAC-Estado (Quali+)			
33903900	OUTROS SERV.S. TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	02	98	115.000,00
020201.1030202632.098	Manut.Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	52	2.800,00
020202	Div. Prev. Ass. Odontológica - FMS			
020202.1030202682.095	Manut.Ativ. Odontológico Saude (MAC R.Proprios)			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	164	1.000,00
020101	Gabinete do Prefeito			
020101.0412202032.001	Manut. Atividade - Gabinete			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	16	1.000,00
021001	Divisão de Esporte e Lazer			
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	417	500,00
020708	Divisão de Cultura			
020708.1339202232.048	Manut. Ativ. - Cultura			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	345	3.500,00
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut.Atividade - Administração			
33903600	OUTROS SERV.DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	435	28.000,00
020201	Divisão Prev.Ass.Med.Saúde - FMS			
020201.1030102121.007	Eq.Mat.Perm./obras/Imóvel - Saúde			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	01	45	120.646,18
	TOTAL			516.446,18

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações:

020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030302642.092	Manut. Ativ. Assistência Farmaceutica (Municipal)			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	01	117	80.000,00
020201.1030202632.009	Manut.Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	88	15.000,00
020201.1030202632.091	Manut.Ativ. MAC (Federal)			
33904800	Outros auxílios financeiros a pessoa física	05	107	19.000,00
020201.1030102122.010	Manut.Ativ. - Ass.Med.Saúde - Vinculado			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	05	62	200.000,00
020301	Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos			
020301.1545202282.019	Manut. dos Serviços - Limp. Pública			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	188	90.000,00
020801	Divisão de Agricultura			
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	369	44.000,00
020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.1545102252.022	Manut. Ativ. - Sup.Proj.Obras Públicas			

020302.1545102252.022	Manut. Ativ. - Sup. Proj. Obras Públicas			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	212	60.000,00
021001	Divisão de Esporte e Lazer			
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01	418	8.446,18
TOTAL				516.446,18

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 29 dias do mês de Agosto de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 29 de Agosto de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N.º 4.171, 02 DE SETEMBRO DE 2.014.

OUTORGA À JOSÉ FRANCISCO DE PAULA 02776347847, MEDIANTE O REGIME DA PERMISSÃO DE USO, DO QUIOSQUE N.º 08, LOCALIZADO NA AVENIDA D. PEDRO II, EM DESCALVADO, SÃO PAULO, PARA EXPLORAÇÃO DO COMÉRCIO DE BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto nos artigos 145, 146, 147 e 149 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica outorgado à JOSÉ FRANCISCO DE PAULA 02776347847, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 18.382.276/0001-47, Inscrição Estadual n.º 285.032.483.114, Inscrição Municipal n.º 11272, tendo como titular o Sr. José Francisco de Paula, vencedor da Concorrência nº 003/14, mediante o regime da PERMISSÃO DE USO de Bem Municipal, consistente de um “Quiosque”, que tem o número “08”, localizado na Avenida D. Pedro II, em Descalvado, São Paulo.

Artigo 2º - A PERMISSÃO DE USO de que trata este Decreto, outorgada a título precário e sem prazo, reger-se-á pelas seguintes condições:

I - São direitos da permissionária:

a) utilizar livremente do bem municipal caracterizado no artigo primeiro; e

b) explorar única e exclusivamente o comércio de “Bar, Lan-

chonete e Restaurante”, recebendo dos usuários justa remuneração pelos serviços prestados.

II - A permissionária tem as seguintes obrigações:

a) instalar-se definitivamente, bem como dar início às suas atividades comerciais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto; .

b) remunerar, mensalmente, o uso do bem Municipal, em R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), já inclusas as despesas com energia elétrica e água, devendo este ser reajustado, anualmente, em conformidade com a Legislação pertinente, e através do IGP-MjFGV (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-la;

c) arcar com todas as despesas decorrentes das instalações necessárias ao desempenho do comércio de “Bar, Lanchonete e Restaurante”;

d) responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos incidentes sobre a área permitida, direitos ou obrigações vinculados à legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Securitária e decorrentes da Permissão, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à CONTRATADA;

e) os equipamentos a serem instalados e utilizados pela Permissionária deverão ser móveis, sendo que suas instalações não deverão comprometer ou alterar a estrutura física do bem permissionado.

f) assumir, em caráter de exclusividade, todas as responsabilidades de ordem trabalhista, previdenciária e securitária, emanadas da execução da atividade a que se destina a presente Permissão;

g) tratar com presteza, educação e lisura, as pessoas que se utilizarem dos serviços prestados pela Permissionária;

h) manter as dependências do bem permissionado sempre no estado de higiene satisfatória às exigências, que o tipo de atividade impõe;

i) permitir, à Fiscalização do Poder Executivo, livre acesso a todas as dependências do bem permissionado, fornecendo as informações solicitadas.

III - É vedado à permissionária:

a) proceder a modificações ou transformações no bem permissionado, sem autorização expressa do Poder Executivo;

b) alterar o ramo de atividade;

c) transferir, em hipótese alguma, a permissão outorgada;

d) utilizar o bem permissionado para realização de atividade político-partidária, bem como, para fins de veiculação de publicidade alheia à atividade para a qual foi permitido o seu uso.

IV - Constituem direitos do Poder Executivo:

a) não autorizar a transferência da outorga de permissão, exceto quando o interesse público, de forma justificada, o exigir.

V - São obrigações do Poder Executivo:

a) fiscalizar o cumprimento das condições e obrigações concernentes à Permissão outorgada, através de suas Secretarias de Administração, de Finanças e Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos.

Artigo 3º - A inadimplência da permissionária implicará na perda da Permissão, sem direito a qualquer indenização.

Artigo 4º - A perda da permissão por inadimplência, ou qualquer outro motivo provocado pela permissionária, não a eximirá das sanções administrativas e penais.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 02 de Setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N.º 4172, DE 04 DE SETEMBRO DE 2.014.

OUTORGA À DOUGLAS DANIEL DA SILVA SANTOS 38494414828, MEDIANTE O REGIME DA PERMISSÃO DE USO, DO QUIOSQUE N.º 06, LOCALIZADO NA AVENIDA D. PEDRO II, EM DESCALVADO, SÃO PAULO, PARA EXPLORAÇÃO DO COMERCIO DE BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto nos artigos 145, 146, 147 e 149 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica outorgado à DOUGLAS DANIEL DA SILVA SANTOS 38494414828, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 20758.527/0001-97, Inscrição Estadual n.º 285.036.220.110, Inscrição Municipal n.º 111656, tendo como titular o Sr. Douglas Daniel da Silva Santos, vencedor da concorrência n.º 002/14, mediante o regime da PERMISSAO DE USO de Bem Municipal, consistente de um “Quiosque”, que tem o número “06”, localizado na Avenida D. Pedro II, em Descalvado, São Paulo.

Artigo 2º - A PERMISSÃO DE USO de que trata este Decreto, outorgada a título precário e sem prazo, reger-se-á pelas seguintes condições:

I - São direitos da permissionária:

a) utilizar livremente do bem municipal caracterizado no artigo

b) explorar única e exclusivamente o comércio de “Bar, Lanchonete e Restaurante”, recebendo dos usuário justa remuneração pelos serviços prestados.

II - A permissionária tem as seguintes obrigações:

a) instalar-se definitivamente, bem como dar início às suas atividades comerciais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto;

b) remunerar, mensalmente, o uso do bem Municipal, em R\$ 300,00 (trezentos reais), já inclusas as despesas com energia elétrica e água, devendo este ser reajustado, anualmente, em conformidade com a Legislação pertinente, e através do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo;

c) arcar com todas as despesas decorrentes das instalações necessárias ao desempenho do comércio de “Bar, Lanchonete e Restaurante”;

d) responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos incidentes sobre a área permitida, direitos ou obrigações vinculados à legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Securitária e decorrentes da Permissão, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à CONTRATADA;

e) os equipamentos a serem instalados e utilizados pela Permissionária deverão ser móveis, sendo que suas instalações não deverão comprometer ou alterar a estrutura física do bem permissionado.

f) assumir, em caráter de exclusividade, todas as responsabilidades de ordem trabalhista, previdenciária e securitária, emanadas da execução da atividade a que se destina a presente permissão;

g) tratar com presteza, educação e lisura, as pessoas que se utilizarem dos serviços prestados pela Permissionária;

h) manter as dependências do bem permissionado sempre no estado de higiene satisfatória às exigências, que o tipo de atividade impõe;

i) permitir, à Fiscalização do Poder Executivo, livre acesso a todas as dependências do bem permissionado, fornecendo as informações solicitadas.

III - É vedado à permissionária:

a) proceder a modificações ou transformações no bem permissionado, sem autorização expressa do Poder Executivo;

b) alterar o ramo de atividade;

c) transferir, em hipótese alguma, a permissão outorgada;

d) utilizar o bem permissionado para realização de atividade político-partidária, bem como, para fins de veiculação de publicidade alheia à atividade para a qual foi permitido o seu uso.

IV - Constituem direitos do Poder Executivo:

a) não autorizar a transferência da outorga de permissão, exceto quando o interesse público, de forma justificada, o exigir.

V - São obrigações do Poder Executivo:

a) fiscalizar o cumprimento das condições e obrigações concernentes à Permissão outorgada, através de suas Secretarias de Administração, de Finanças e Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos.

Artigo 3º - A inadimplência da permissionária implicará na perda da Permissão, sem direito a qualquer indenização.

Artigo 4º - A perda da permissão por inadimplência, ou qualquer outro motivo provocado pela permissionária, não a eximirá das sanções administrativas e penais.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 04 de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4173, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 107 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2010, alterada pela Lei nº 3370, de 23 de novembro de 2010, considerando a necessidade de substituição de membros da Comissão Municipal de Processo Administrativo Disciplinar voltada à apuração de infração cometida por servidores deste Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão Municipal de Processo Administrativo Disciplinar, constituída pelo Decreto nº 4132, de 02 de junho de 2014, passa a ser composta pelos seguintes servidores, sob a Presidência do primeiro:

I - Dr. Sílvia Rogério De Moraes;

II - Sra. Sonia Delfino de Souza;

III - Dr. Daniel Bagatini;

IV - Sra. Raquel Aragasaki;

V - Sr. Cesar Luis Gomes.

Art. 2º - Na ausência ou impedimento de quaisquer dos membros titulares, ficam designados suplentes os servidores abaixo, mantidas e inalteradas as demais disposições constantes do Decreto nº 4132, de 02 de junho de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

I - Fabio Bianco Generoso;

II - Elisângela de Souza Alonso

Art. 3º - Os procedimentos abertos e em trâmite serão remetidos para o Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para que, junto com seus membros, profiram as pertinentes decisões.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4174, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 102 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010, considerando a necessidade de dar-se nova composição a Comissão Municipal de Sindicância Administrativa voltada à apuração de fatos relativos ao funcionalismo público deste Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Municipal de Sindicância Administrativa destinada à apuração de fatos, autoria e modalidade de infração de atos praticados por servidor público do Poder Executivo que venham a ferir os preceitos de conduta funcional ou qualquer ato lesivo ao patrimônio público ou qualquer munícipe.

Art. 2º - A Comissão fica constituída, sob a Presidência do primeiro, pelos seguintes membros:

- I** - Nelson Bumussi Júnior;
II - Rafael Peterossi Pardini;
III - Vânia Regina Casarin.

Art. 3º - Para cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá acessar toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, colhendo depoimentos e provas que entender pertinentes, assim como poderá a qualquer momento solicitar apoio e participação dos demais Secretários Municipais nos atos relativos a Sindicância instaurada.

Art. 4º - O mandato da Comissão ora constituída será de três anos, permitida a recondução, consignando que, embora, não remunerada, as funções dos membros são consideradas como serviço público relevante.

Art. 5º - Na ausência ou impedimento de quaisquer dos membros titulares, ficam designados suplentes os servidores abaixo, mantidas e inalteradas as demais disposições.

- I** - Guilherme Paulo Pereira Zambrano;
II - Fátima Olívio.

Art. 6º - Os procedimentos abertos e em trâmite serão remetidos para o Presidente da Comissão Sindicância para que, junto com os seus membros, profiram as pertinentes decisões.

Art. 7º - Revoga-se o Decreto nº 4.084, de 20 de fevereiro de 2.014 e o Decreto 4.166, de 22 de agosto de 2.014.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 10 de setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.175, DE 11 DE SETEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020709 – Divisão de Educação - Fundeb			
020709.12.361.02391.041 – Equip. Mat. Perm./Obras/Imóvel – Fundeb 40%			
44905100 – Obras e Instalações	02	352	R\$ 130.000,00
Total			R\$ 130.000,00

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020709 – Divisão de Educação - Fundeb			
020709.12.361.02392.062 – Manut. Ensino Fundamental – Fundeb 40%			
31901100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	02	355	R\$ 130.000,00
Total			R\$ 130.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, Aos 11 dias do mês de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 11 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.176 DE 12 DE SETEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE JULGAMENTO DE RECURSOS AOS AUTOS DE INFRAÇÕES, IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES, SANÇÕES E DEMAIS ATOS APLICADOS OU EMANADOS EM DECORRÊNCIA DAS FISCALIZAÇÕES AMBIENTAIS DE QUE TRATA O DECRETO Nº 3.690, DE 10 DE JANEIRO DE 2.011 E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

a) Considerando que as condutas ambientais provenientes da delegação de competência da Cooperação Institucional firmada com a Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB - bem como as previsões contidas na legislação municipal, podem gerar punições aos infratores;

b) Considerando que os recursos às infrações devem ser julgados em primeira instância junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH -, atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade e demais normas de conduta;

c) Considerando que a constituição da Comissão de Julgamento visa atribuir as competências, forma de atuação dos julgadores face os recursos protocolados, impedimentos e demais atos correspondentes, visando assegurar a legitimidade e imparcialidade no julgamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH - a Comissão Permanente de Julgamento de Recursos - CPJR originários de condutas ambientais levadas a efeito pela delegação de competência proveniente da Cooperação Institucional firmada com a Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB - por ato do Decreto nº 3.690, de 10 de janeiro de 2.011 e demais normas ambientais na legislação municipal.

Art. 2º A Comissão será:

I - constituída por três (03) membros, pertencentes ao quadro do funcionalismo municipal, ocupantes ou não de empregos em comissão, a serem indicados pelo Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ao Prefeito Municipal, mediante “ad referendum” do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA -;

II - nomeada e empossada por ato do Poder Executivo, compete a esta a nomeação do Presidente da fh CPJR.

Paragrafo unico - E de total impedimento a participação de servidor junto às atividades do CPJR, que tenha sido o autor da lavratura dos atos impugnados ou recorridos, sendo nulo qualquer voto por ele proferido.

Art. 3º Compete à Comissão:

I - eleger, dentre os membros que a compõe, um Secretário e um Relator, este último, preferencialmente, com conhecimento jurídico;

II - recepcionar as reclamações, impugnações, recursos ou demais atos correlatos, devendo o Secretário promover, em dois (02) dias, a autuação de procedimento administrativo para uniformização do mesmo, atribuindo número de ordem sequencial aos respectivos processos, dando-se ciência do processamento aos demais membros da CPJR, remetendo-se aos autos ao Relator;

III - promover diligências, colher declarações ou inquirir pessoas sobre os atos correspondentes, assim como requisitar documentos necessários à instrução do processado;

IV - julgar o procedimento no prazo de quinze (15) dias, após o pronunciamento do Relator, consignando-se na ata de julgamentos os votos de cada um de seus membros;

Art.4º - A Comissão será composta dos seguintes integrantes:

1. Silvio Rogerio de Moraes
2. Claudio Luiz Fuzaro
3. Maria Cristina Casteghioni

Art. 5º A Comissão poderá obter do Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a prorrogação de prazos para a conclusão

de seus trabalhos, mediante prévia justificativa.

Art. 6º - Fica delegada competência à Comissão Permanente de Julgamento de Recursos de constituir seu Regimento Interno, expedir instruções e resoluções.

Art. 7º - As funções desempenhadas pelos membros da CPJR:

a - não serão remuneradas enquanto exercidas na jornada normal de trabalho dos servidores efetivos;

b - consideradas como relevantes serviços prestados à Administração Pública, à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e à comunidade descaltvadense.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 12 dias do mês de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 12 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.177, DE 18 DE SETEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares as seguintes dotações:

020705 – Divisão de Educação - Merenda			
020705.1230602162.044 – Manut. Merenda Escolar – Rec. União			
33903000 – Material de Consumo	05	306	R\$ 168.600,00
020706 – Divisão de Educação – Outros			
020706.1236102212.068 – Manutenção do Transporte de Alunos – QSE			
33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	05	325	R\$ 120.000,00
Total			R\$ 288.600,00

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações:

020706 – Divisão de Educação - Outros

020706.1236102212.077 – Manutenção do Ensino Fundamental - QSE

33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 05 325 R\$ 120.000,00

020301 – Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos

020301.15245202282.019 – Manut. Dos Serviços – Limp. Pública

33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 01 188 R\$ 74.600,00

020705 – Divisão de Educação – Merenda

020705.1230602162.043 – Manut. Da Merenda Escolar – Rec. Próprios

33903000 – Material de Consumo 01 301 R\$ 94.000,00

Total R\$ 288.600,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 dias do mês de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 18 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.178, DE 18 DE SETEMBRO DE 2.014

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 3º E 4º DO DECRETO Nº 4.117, DE 02 DE MAIO DE 2.014, QUE DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o Ofício nº 168/14, do Diretor da Divisão de “Arrecadação;

DECRETA:

Art. 1º - Os artigos 3º e 4º, do Decreto 4.117, de 02 de maio de 2.014, que dispõe sobre delegação de competência a servidor, passam a vigorar com as alterações constantes deste Decreto:

Art. 3º - Na ausência do Secretário, fica por este Decreto designado o Diretor da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, para todas as providências e necessidades verificadas para a execução das funções pelo servidor designado”;

Art. 4º - “Competirá à Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Obras e de Serviços Públicos adotar as providências cabíveis para colher do Diretor da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento Urbano as assinaturas indispensáveis ao regular trâmite dos atos administrativos”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 18 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI

Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.179, DE 18 DE SETEMBRO DE 2.014

OUTORGA À CIRO THIAGO RODRIGUES TRALDI 31787629813, MEDIANTE O REGIME DA PERMISSÃO DE USO, O QUIOSQUE Nº 01, LOCALIZADO NO PARQUE LINEAR “BRAZILINA RAVASI RESCHINI”, À AVENIDA D. PEDRO II, PARA EXPLORAÇÃO DO COMÉRCIO DE BAR, LANCHONETE E RESTAURANTE.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado em exercício, neste Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto nos artigos 145, 146, 147 e 149 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica outorgado a **CIRO THIAGO RODRIGUES TRALDI 31787629813**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 20.973.183/0001-39, Inscrição Estadual nº 285.036.521.110, Inscrição Municipal nº 11681, tendo como titular o Sr. **Ciro Thiago Rodrigues Traldi**, vencedor da Concorrência nº 001/14, mediante o regime da PERMISSÃO DE USO de Bem Municipal, consistente de um “Quiosque”, que tem o número “01”, localizado na Avenida D. Pedro II.

Art. 2º - A PERMISSÃO DE USO de que trata este Decreto, outorgada a título precário e sem prazo, reger-se-á pelas seguintes condições:

I - são direitos da permissionária:

a) utilizar livremente do bem municipal caracterizado no artigo primeiro; e

b) explorar única e exclusivamente o comércio de “**Bar, Lanchonete e Restaurante**”, recebendo dos usuários justa remuneração pelos serviços prestados.

II - a permissionária tem as seguintes obrigações:

a) instalar-se definitivamente, bem como dar início às suas atividades comerciais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto;

b) remunerar, mensalmente, o uso do bem Municipal, em R\$ 310,00 (trezentos e dez reais) já inclusas as despesas com energia elétrica e água, devendo este ser reajustado, anualmente, em conformidade com a Legislação pertinente, e através do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo;

c) arcar com todas as despesas decorrentes das instalações necessárias ao desempenho do comércio de “**Bar, Lanchonete e Restaurante**”;

d) responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos

incidentes sobre a área permitida, direitos ou obrigações vinculados à legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Securitária e decorrentes da Permissão, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à permissionária;

e) instalar e utilizar equipamentos móveis sem comprometimento ou alteração da estrutura física do bem permissionado;

f) assumir, em caráter de exclusividade, todas as responsabilidades de ordem trabalhista, previdenciária e securitária, emanadas da execução da atividade a que se destina a presente Permissão;

g) tratar com presteza, educação e lisura, as pessoas que se utilizarem dos serviços prestados pela Permissionária;

h) manter as dependências do bem permissionado sempre no estado de higiene satisfatória às exigências que o tipo de atividade impõe;

i) permitir, à Fiscalização do Poder Executivo, livre acesso a todas as dependências do bem permissionado, fornecendo as informações solicitadas.

III - é vedado à permissionária:

a) proceder a modificações ou transformações no bem permissionado, sem autorização expressa do Poder Executivo;

b) alterar o ramo de atividade;

c) transferir, em hipótese alguma, a permissão outorgada;

d) utilizar o bem permissionado para realização de atividade político-partidária, bem como, para fins de veiculação de publicidade alheia à atividade para a qual foi permitido o seu uso.

IV - constitui direito do Poder Executivo não autorizar a transferência da outorga de permissão, exceto quando o interesse público, de forma justificada, o exigir.

V - é obrigação do Poder Executivo exercer o poder de fiscalização do cumprimento das condições e obrigações concernentes à permissão de que trata este Decreto e as afetas aos demais poderes de polícia, inclusive a sanitária.

Art. 3º - A inadimplência da permissionária implicará na perda da Permissão, sem direito a qualquer indenização.

Art. 4º - A perda da permissão por inadimplência, ou qualquer outro motivo provocado pela permissionária, não a eximirá das sanções administrativas e penais.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 18 de Setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.180, DE
18 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de Novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020501 – Divisão de Finanças				
020501.0412302042.025 – Manut. Atividade - Finanças				
020301 – Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01	248	R\$	65.000,00
020301 – Div. Fisc. de Trans. Exec. Serviços Públicos				
020301.1545202282.020 – Manut. dos Serviços – Cemitério				
31901300 – Obrigações Patronais	01	191	R\$	10.000,00
020301.1545202282.021 – Manut. dos Serviços – Praças e Jardins				
31901300 – Obrigações Patronais	01	197	R\$	10.000,00
020503 – Divisão de Arrecadação				
020503.0412302342.056 – Manut. Atividade – Arrecadação				
31901300 – Obrigações Patronais	01	257	R\$	10.000,00
021501 – Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estratégicas				
021501.0412202662.084 – Manut. Atividade – Ass. Rel. Inst. E Ações Estratégicas				
31901100 – Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01	464	R\$	5.000,00
020901 – Divisão de Assistência Social – FMAS				
020901 – Manut. Atividade- FMAS Básica				
33909000 – Material de Consumo	02	395	R\$	10.000,00
Total			R\$	110.000,00

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações:

021701 – Guarda Civil Municipal				
021701.0618102372.052 – Manut. Atividade – Guarda Civil Municipal				
31901100 – Venc. E Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01	477	R\$	100.000,00
020901 – Divisão de Assistência Social - FMAS				
020901.0824402092.031 – Manut. Atividade – FMAS Básica				
33903900 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica	02	396	R\$	10.000,00
Total			R\$	110.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.725, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 dias do mês de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 18 de Setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.181, DE
23 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.850, de 23 de Setembro de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional especial à seguinte dotação:

020708 – Divisão de Cultura

020708.1339202231.031 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Cultura

44905200 – Equipamentos e Material Permanente	02	R\$ 60.000,00
Total		R\$ 60.000,00

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação do Recurso Vinculado no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme crédito já efetuado no Banco do Brasil, conta corrente 507981-0 agência 6547-1 em 03/07/2014.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 dias do mês de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 23 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.182, DE 23 DE SETEMBRO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de Novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, créditos adicionais suplementares às seguintes dotações:

020501	Divisão de Finanças			
020501.0412302042.025	Manut. Da Atividade - Finanças			
33903000	Material de Consumo	01	250	1.000,00
020507	ENCARGOS DO MUNICÍPIO			
020507.2884600003.104	Manut. da Dívida Contratada - INSS Parcelamento			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	01	268	53.625,14
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030102122.009	Manut. Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903900	OUTROS SERV DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01	53	305.723,98
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut. Atividade - Administração			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01	438	2.500,00
020101	Gabinete do Prefeito			
020101.0412202032.001	Manut. Atividade - Gabinete			
33903600	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	16	1.800,00
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01	18	1.700,00
021002	Divisão de Turismo			
021002.1339202242.050	Manut. Atividade - Turismo			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01	429	500,00
021201	Procuradoria Geral do Município			
021201.0412502812.005	Manut. Ativ. - Procuradoria Geral			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01	448	500,00
021401	Gerência de Projetos, Convenios e Contratos			
021401.0412202592.083	Manut. Atividade - Ger. Projetos, Conv. e Contratos			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01	462	100,00
021501	Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estr			
021501.0412202662.084	Manut. Atividade - Ass. Rel. Inst. e Ações Estratégicas			
33904600	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01	469	200,00
020201	Div. Prev. Ass. Médica à Saúde - FMS			
020201.1030102122.009	Manut. Ativ. - Ass. Med. Saúde			
33903600	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	52	8.500,00
021001	Divisão de Esporte e Lazer			
021001.2781202332.049	Manut. Atividade - Esportes			
33903600	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	417	600,00
020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental			
020403.1854202612.087	Manut. Atividades - Controle e Gestão Ambiental			
33903600	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	229	600,00
020708	Divisão de Cultura			
020708.1339202232.048	Manut. Ativ. - Cultura			
33903600	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	345	2.700,00
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut. Atividade - Administração			
33903600	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	435	27.300,00
	TOTAL			407.349,12

Art. 2º - Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações:

021701	Guarda Civil Municipal			
021701.0618102372.052	Manut. Atividade - Guarda Civil Municipal			
31901100	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01	477	214.137,09
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	01	478	99.311,85
33903600	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	480	7.000,00
021501	Assessoria de Relações Institucionais e Ações Estr			
021501.0412202662.084	Manut. Atividade - Ass. Rel. Inst. e Ações Estratégicas			
33903900	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	01	468	45.400,18
021101	Diretoria de Administração			
021101.0412202022.026	Manut. Atividade - Administração			
33903600	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01	436	41.500,00
	TOTAL			407.349,12

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.725, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 dias do mês de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 23 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 192/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação de Servidor e a Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso à servidora ROSÂNGELA DE OLIVEIRA PEREIRA, portadora da CTPS nº 88927, Série 626, por 15 (quinze) dias, a partir do dia 01 de setembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 16/07/2.008 a 15/07/2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 01 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 01 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 193/2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo pedido do Secretário de Saúde e constatando a excepcional necessidade em atribuir encargo de maior responsabilidade a Servidor Público, dentro da mesma Unidade, conforme Art. 79 e §§, da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de função ao Servidor Wander Roberto Bonelli, enfermeiro, portador da CTPS nº 48848, Série 00069, pelo prazo de 01, (um) ano, atendidas as disposições constantes do Art. 79 e parágrafos da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010.

Art. 2º - A gratificação de função será devida no montante de 20% (vinte por cento) do valor da referência salarial básica do emprego de Coordenador, no Pronto Atendimento Médico - PAM -, enquanto no efetivo desempenho de suas atividades, que consistem:

I - administrar a escala médica e controlar os recursos financeiros destinados ao pagamento médico de plantão presencial do PAM;

II - atuar como Coordenador da respectiva Unidade, por desempenhar atividades de maior complexidade;

III - estimular buscas e novos conhecimentos dando ênfase em outros trabalhos que proporcionam um leque de ideias multidisciplinar e transversal;

IV - reorganizar a prática da atenção a saúde em novas bases, levando-a para mais perto da família a fim de melhorar a qualidade de vida da população;

V - promover a recuperação e reabilitação da saúde das pessoas de forma integral e contínua;

VI - motivar a equipe de trabalho;

VII - participar de reuniões, quando convocado, especialmente as da Secretaria de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde e nas demais para que for designado;

VIII - fomentar a Secretaria de Saúde de todos dados relativos ao Programa do Pronto Atendimento Médico.

Art. 3º - Cessarão os efeitos da concessão da gratificação de função:

I - por expressa revogação;

II - tacitamente quando:

a) os gastos com pessoal atingir o limite prudencial;

b) criado cargo ou emprego que contemple as responsabilidades estabelecidas nesta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 04 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 04 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 194/2014

REVOGA PORTARIA Nº 193/2014, QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo pedido do Secretário de Saúde do Município, através do Ofício 1046/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 193/2014, de 04 de setembro de 2014, que concedeu gratificação de função temporária ao servi-

dor WANDER ROBERTO BONELLI, portador da CTPS nº 48848 }
Série 00069, para atuar como Coordenador do Pronto Atendimento
Médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 09 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 09 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 195/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação de Servidor e a Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276/ de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso ao servidor DIRCEU FRANCISCO CARDOSO DE MORAES, portador da CTPS nº 33269, Série 205, por 30 (trinta) dias, a partir do dia 10 de setembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01/04/2.008 a 31/03/2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 12 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 12 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 196/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA PATRÍCIA GUILHERME, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito

Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando Ofício da Secretária de Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos números 519 e 521/14, e Ofício nº 555/2014, da Chefe da Seção de Recursos Humanos, noticiando que a servidora Patrícia Guilherme, por três vezes consecutivas, registra o ponto após o almoço e dirige-se à cidade para tratar de assuntos particulares, sem autorização de seu superior hierárquico; considerando que a servidora abandonou o seu equipamento de trabalho na praça frontal ao Cemitério Municipal; considerando que o cônjuge da servidora, Antonio Roberto Mazaro igualmente servidor municipal afastado de suas ocupações habituais por problemas de saúde, recebendo auxílio do INSS, presta auxílio à servidora nos serviços de varrição, sem o consentimento de seu superior imediato,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2014, para apurar os fatos constantes dos Ofícios números 519 e 521/14, do Chefe da Seção de Manutenção e Limpeza Pública, que noticia que a servidora PATRÍCIA GUILHERME, matrícula número 2633, nos dias 25 de agosto, 01 e 02 de setembro de 2014, registrou o ponto após o almoço, dirigindo-se à cidade para tratar de assuntos particulares, sem autorização de seu superior hierárquico; considerando que a servidora abandonou o seu equipamento de trabalho na praça frontal ao Cemitério Municipal; considerando que o cônjuge da servidora, Antonio Roberto Mazaro, igualmente servidor municipal, afastado de suas ocupações habituais por problemas de saúde, recebendo auxílio do INSS presta auxílio à servidora nos serviços de varrição, sem o consentimento de seu superior imediato, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letras “b”, “e” e “h”, da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 83, incisos III; artigo 84, incisos I, XV e XVII, todos da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pela servidora;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação da servidora.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 12 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 12 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 197/2014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 3º DA PORTARIA Nº 190/2014 QUE DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA MARTA REGINA MARQUES ROSA, NA FORMA QUE ESPECIFICA

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação da Comissão Municipal de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art. 3º da Portaria nº 190, de 25 de agosto de 2014 que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face da Servidora MARTA REGINA MARQUES ROSA, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Determinar a suspensão preventiva da professora Marta Regina Marques Rosa, pelo período de trinta dias (30), a contar do dia 12 de setembro de 2014, sem prejuízo de sua remuneração, para efetivar e assegurar que a averiguação não tenha resultado inútil ou inócuo bem como evitar a interferência na obtenção da prova colhida.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 12 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 12 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 198/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR DANIEL KLEBER DIAS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito

Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando Ofício do Secretário de Administração, através do despacho no Ofício RH 543/2014, noticiando que o servidor deixa de comparecer ao trabalho sem qualquer comunicação ao seu superior imediato; que a ausência do servidor tem causado dificuldades no bom andamento nos serviços de operação de bomba d'água na Represa da Rosária;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2014, para apurar os fatos constantes do Ofício nº 498/2014, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que o servidor DANIEL KLEBER DIAS, auxiliar de serviços gerais, deixou de comparecer injustificadamente ao serviço nos dias 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, e 28 de agosto de 2014; que a sucessão de faltas injustificadas ao serviço demonstra o comportamento desidioso do servidor e acarreta prejuízo ao desenvolvimento do trabalho, não só em relação à empresa, mas também em relação aos colegas; que as faltas constantes ao trabalho, de forma injustificada, ensejam a ruptura do vínculo empregatício, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letra “e” da Consolidação das Leis do Trabalho; no artigo 83, incisos III; e artigo 84, inciso IX, da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 19 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 199/2014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR ADENILSON MASSAROTTO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando Ofício da Secretária de Educação e Cultura nº 777/2014, noticiando que o servidor presta suas funções como motorista na referida Secretaria, transportando alunos da zona rural; que inúmeras são as reclamações que aludido servidor dirige o veículo em alta velocidade; que o servidor conduz a esposa acompanhando-o nos trajetos; que em data de 15 de setembro o servidor não compareceu ao serviço, deixando os alunos à espera nos pontos, comportando-se de forma desidiosa, para tratar de assuntos de seu interesse;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2.014, para apurar os fatos constantes do Ofício nº 777/2014, da Secretaria de Educação e Cultura, que o servidor Adenilson Massarotto, presta suas funções como motorista da aludida repartição, transportando alunos da zona rural; que inúmeras são as reclamações que aludido servidor conduz o veículo em alta velocidade; que o servidor igualmente transporta, no veículo, a esposa, que o acompanha nos trajetos; que em data de 15 de setembro de 2.014 o servidor não compareceu ao serviço, deixando os alunos à espera nos pontos, comportando-se de forma desidiosa, para tratar de assuntos de seu interesse, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letra “e” da Consolidação das Leis do Trabalho; o artigo 83, inciso III; e artigo 84, inciso IX e XV da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor:

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 dias do mês de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 19 de setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 200/2014**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação da Servidora, do contido no Of. 581/14, da Chefe de Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso à servidora REGISLAINE DE FÁTIMA GALLO, portadora da CTPS nº 15172, Série 0165, por 05 (cinco) dias, a partir do dia 13 de outubro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 03/02/2.008 a 02/02/2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 dias do mês de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 19 de setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 201/2014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO DE SOUSA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2.010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; conside-

rando a tramitação de pedido de indenização por acidente de trânsito formulado por Renata Cristina Inácio de Carvalho, em cujo parecer o Procurador Jurídico Municipal concluiu pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar contra o servidor José Roberto de Souza, para apurar dano ao erário, extraído dos autos nº 162/13;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2014, para apurar os fatos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 162/13, requerido por Renata Cristina Inácio de Carvalho; considerando que em data de 24 de maio de 2013, por volta das 11:07, o servidor JOSÉ ROBERTO DE SOUSA, condutor do veículo da marca Volkswagen, modelo Kombi, placa CPV 8950, de propriedade da Municipalidade de Descalvado colidiu com o veículo da marca Fiat, modelo Uno, placa DDY 4532, conduzido por Renata Cristina Inácio de Carvalho, porque não respeitou a sinalização de parada obrigatória existente no local; considerando que o servidor agiu com culpa por desprezar a sinalização de PARE existente no local; considerando que o servidor causou dano ao erário; considerando que tem contra si procedimento idêntico perante a Procuradoria Geral nº 241/13, com pedido de indenização por danos em acidente de veículo, postulado por Izaías dos Santos Pereira, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letra “e” da Consolidação das Leis do Trabalho; o artigo 83, inciso III e IX; e artigo 84, inciso XV da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 19 de setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
PORTARIA Nº 202/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR JOSÉ ROBERTO DE SOUSA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores; considerando a tramitação de pedido de indenização por acidente de trânsito formulado por Izaías dos Santos Pereira, em cujo parecer o Procurador Jurídico Municipal concluiu pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar contra o servidor José Roberto de Sousa, para apurar dano ao erário, extraído dos autos nº 241/13;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2014, para apurar os fatos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 241/13, requerido por Izaías dos Santos Pereira; considerando que em data de 10 de julho de 2013, o servidor JOSÉ ROBERTO DE SOUSA, condutor do veículo da marca Fiat, modelo Fiorino, placa BPZ 4860, de propriedade da Municipalidade de Descalvado colidiu com o veículo da marca Fiat, modelo Pálio Weekend, placa EDX 1195, de propriedade de Izaías dos Santos Pereira, o qual encontrava-se estacionado na via pública, à Rua José Bonifácio, em frente a loja “Patrile”; considerando que o servidor, que trafegava pela Rua José Bonifácio, sentido centro/bairro, abalroou o veículo de Izaías porque o sol ofuscou sua visão, conforme declarou às folhas 11 do processo administrativo; considerando que o servidor agiu com culpa causando dano ao erário; considerando que o servidor tem contra si procedimento idêntico perante a Procuradoria Geral, nº 162/13, com pedido de indenização por danos em acidente de veículo, postulado por Renata Cristina Inácio de Carvalho, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letra “e” da Consolidação das Leis do Trabalho; o artigo 83, inciso III e IX; e artigo 84, inciso XV e XVII da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pelo servidor;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que compõem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação do servidor.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 19 dias do mês de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 19 de setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 203/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação da Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 15 (quinze) dias em descanso ao servidor José Ramalho Gabrielli Júnior, portador da CTPS nº 25116/570ª, a contar do dia 14 de novembro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2.008 à 31 de março de 2.013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos à data do efetivo gozo do benefício.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de Setembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 22 de Setembro de 2.014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N.º 204/2.014

ALTERA A COMISSÃO INSTITUIDORA DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DESTINADO A ADOLESCENTES QUE PRATIQUE ATO INFRACIONAL (SINASE) NO ÂMBITO DESTES MUNICÍPIO.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n.º 12.594, de 18 de ja-

neiro de 2.012 e considerando a necessidade de substituição de membros com composição de nova Comissão para o desenvolvimento dos trabalhos;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica alterada a Comissão Instituidora do Programa de Atendimento Sócioeducativo destinados a adolescentes que pratiquem ato infracional (SINASE) no âmbito deste Município, comissão esta que passa a ser composta pelos seguintes membros:

I - Larissa Augusta dos Santos, representante da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

II - Mariana Prata Galetti, representante da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

III - Luana de Robio Pizzi, representante da Secretaria de Saúde;

IV - Valdenice Cristina Vieira, representante da Secretaria de Educação e Cultura;

V - Luis Fernando Filla, representante da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo;

VI - Giovana Cristina dos Santos, representante da Procuradoria Geral do Município;

VII - Aline Finato Bertoleti, representante da Procuradoria Geral do Município;

VIII - Fátima Neive Urizzi, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - José Edmir Valentim, representante da Segurança Pública.

Artigo 2º - Aos membros da Comissão instituída por esta Portaria ficam atribuídas e delegadas as funções e atividades necessárias a elaboração de Plano de Trabalho e apresentação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo de que trata a lei Federal nº 12.594/2012.

Artigo 3º - As Secretarias deste Poder Executivo poderá designar servidores para acompanharem os trabalhos sem prejuízo de seus vencimentos.

Artigo 4º - As despesas decorrentes com os trabalhos, transporte, alimentação e demais materiais e serviços necessários serão compartilhados entre as Secretarias de Educação e Cultura, de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social, bem como de recursos provenientes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMUCRA).

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 22 de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 22 de Setembro de 2.014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 205/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA PARA COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - NAICA

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito em exercício do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, consoante disposto no artigo 79 e parágrafos da Lei 3276, de 28 de abril de 2.010, atendendo solicitação do Secretário de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora LILIANA SAMPAIO CASA TI, exercendo a função de Psicóloga, portadora da CTPS nº 032029, Série 00320, a gratificação de função prevista no artigo 79 da Lei 3276, de 28 de abril de 2.010, competindo à servidora a Coordenação das atividades do Núcleo de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - A Coordenação implica no desempenho cumulativo às funções da Servidora, com o acréscimo das atribuições a seguir elencadas:

I - coordenar as atividades desenvolvidas nas oficinas de trabalho do NAICA;

II - orientar e supervisionar os estagiários e servidores na realização das atividades das oficinas de trabalho;

III - responsabilizar-se pelo transporte dos integrantes do NAICA e do PROJETO ACOLHER;

IV - alimentar o Sistema de Informação Ambulatorial - SIAL dentro dos prazos previstos, e na participação ou realização de audiências públicas ou não;

V - elaborar planilhas da execução de atividades, respectiva participação dos atendidos e da jornada de trabalho dos servidores lotados no NAICA, remetendo-as à Secretaria de Saúde;

VI - trabalhar as e nas questões que surgem de relacionamento na equipe;

VII - motivar a equipe de trabalho;

VIII - participar de reuniões que envolvam assuntos relacionados à infância e juventude, nas da Secretaria de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde quando convocada e nas demais para que for designada;

IX - responsabilizar-se por todos assuntos burocráticos, administrativos e judiciais referentes ao NAICA.

Art. 3º - Cessarão os efeitos da concessão da gratificação de função:

I - por expressa revogação;

II - tacitamente quando:

a) os gastos com pessoal atingir o limite prudencial;

b) criado cargo ou emprego que contemple as responsabili-

dades estabelecidas nesta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em data de 01 de outubro de 2.014, revogando-se a Portaria nº 87/2013.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 23 dias do mês de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 01 de outubro de 2.014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 206/2.014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, neste Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação da Seção de Recursos Humanos, em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso ao servidor Otávio Donizetti Casonato, portador da CTPS nº 20705, série 626ª, por 10 (dez) dias, a contar de 1º de outubro do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 10/04/2007 à 09/04/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 24 de Setembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 24 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 207/2014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE SUSPENSÃO PREVENTIVA DO SERVIDOR PÚBLICO ANTONIO APARECIDO RISCHINI

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 106 da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a prorrogação da suspensão preventiva do servidor público Antônio Aparecido Rischini, determinada na Portaria nº 189/2014, pelo período de trinta dias (30), a contar do dia 29 de setembro de 2014, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 26 de setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 26 de setembro de 2014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 208 /2014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA EUNICE MARLINA LUIZ, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre o Ordenamento do Serviço Público, Disciplina o Regime Jurídico, os Direitos e Deveres dos Servidores e atendendo solicitação do Secretário de Administração, pelo Ofício DRH 607/2014;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a imediata instauração e trâmite de Processo Administrativo Disciplinar, pela Comissão Municipal constituída pelo Decreto 4.173, de 10 de setembro de 2014, para apurar que a servidora Eunice Marlina Luiz, ocupante da função de Encarregada do Setor da Administração do Cemitério, não cumpre a jornada de trabalho, picando o cartão de ponto erroneamente; que o Chefe da Seção da Administração do Cemitério Municipal, através do Ofício CM 13/2014, informa que a servidora vem cometendo vários fatos como sair do trabalho antes de terminar a jornada e sem comunicar o seu superior hierárquico; não anota o horário no cartão de ponto deixando rasuras no mesmo; não comunica com antecedência as faltas ao trabalho; fecha o local de trabalho (escritório) no horário de expediente quando seu superior está ausente, motivo de reclamações de munícipes, infringindo, assim, o disposto no artigo 482, letra “e” e “h”, da Consolidação das Leis do Trabalho; o artigo 83, incisos I e III e artigo 84, incisos I, IX e XV da Lei Municipal nº 3.276/2010.

Artigo 2º - A Comissão Municipal de Processo Disciplinar deverá:

I. assegurar o direito à mais ampla defesa e livre contraditório a ser exercido pela servidora;

II. observar as prescrições contidas nos Capítulos que com-

põem o Título V - Do Regime Disciplinar - de que trata a Lei 3.276, de 28 de abril de 2010;

III. colher depoimentos, provas e emitir parecer conclusivo sobre os fatos que norteiam o Processo Administrativo Disciplinar, e, se o caso, inclusive opinando pela improcedência, procedência do Processo e aplicação de eventual penalidade.

Artigo 3º - Fixar o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão processante, contados da data da citação da servidora.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 25 dias do mês de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 25 de setembro de 2014

DR. SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 209/2.014**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando concordância da Secretaria de Educação e Cultura e de conformidade com o art. 56 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a pedido, licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos ao Servidor Antonio Gilberto Bianchi, na função de PEB II, portador da CTPS nº 064147, série 570ª, pelo prazo de 03 (três) meses.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 25 de Setembro de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 25 de Setembro de 2014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 210/2.014****DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDOR QUE ESPECIFICA**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando concordância da Secretaria de Educação e Cultura e de conformidade com o art. 56 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a pedido, licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos ao Servidor **Marcelo Paulo Mathias**, na função de Motorista, portador da CTPS nº 45.226, série 00069ª, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 29 de Setembro do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 25 de Setembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 25 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 211/2014****REVOGA PORTARIA Nº 40/2.009, QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR**

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação da Chefe da Casa da Agricultura de Descalvado, através do ofício 009/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 40/2.009, de 03 de março de 2.009, que concedeu gratificação de função temporária ao servidor **VITALINO ORMANESI**, portador da CTPS nº 44.405, Série 00069ª, para prestar serviços voltados ao desenvolvimento do Programa estadual de Microbacias Hidrográficas junto à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 29 dias do mês de setembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 29 de setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 212/2.014****DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO VII DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 146/2.014, DE 16 DE MAIO DE 2.014, NA FORMA QUE ESPECIFICA.**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando ocorrência de erro material encontrado no Ofício DRH nº 216/2014, o qual originou a Portaria nº 146/2.014, necessitando de retificação;

RESOLVE:

Art. 1º - Dar nova redação ao inciso VII do artigo 1º da Portaria nº 146, de 16 de maio de 2.014, que concede licença prêmio a servidores municipais que especifica, passando a vigorar da seguinte forma:

“ **Art. 1º** - ...

VII – Wilson José Gallo, portador da CTPS nº 27989, série 0100ª, de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/03/2007 à 03/03/2012;”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições do ato normativo constante no artigo 1º.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 29 dias do mês de Setembro de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 29 de Setembro de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO Nº. 069/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/14

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços com agentes de apoio em locais públicos do município, para a Prefeitura do Município de Descalvado, São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica ADJUDICADA e HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe pelo Prefeito, conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), para a empresa Contagem - Comércio e Serviços Ltda. - ME.

Descalvado, 17 de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E
HOMOLOGAÇÃO**

PROCESSO Nº. 072/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/14

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização, com fornecimento de equipamentos e aparelhagens afins, para o programa dominical denominado “Viola na Praça”.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica ADJUDICADA e HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe pelo Prefeito, conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 22.360,00 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta reais), para a empresa Rodrigo Poiatti Canadinho – ME.

Descalvado, 01 de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 074/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmaras de ar e protetores, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01, 08, 09 e 52 no valor total de R\$ 5.519,60 (cinco mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta centavos), para a empresa Comercial Concorrent Eireli EPP; lotes 29, 32, 46, 48, 56 e 60 no valor total de R\$ 23.172,80 (vinte e três mil, cento e setenta e dois reais e oitenta centavos), para a empresa Comercial Douglas de Pneumáticos Ltda.; lotes 03, 11, 23, 31 e 57 no valor total de R\$ 189.972,00 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais), para a empresa Copal Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.; lotes 16, 17, 24, 25, 26 e 45 no valor total de R\$ 269.808,00 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oito reais), para a empresa Pneulinhares Comércio de Pneus

Ltda. e lotes 02, 04, 05, 06, 07, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 58 e 59 no valor total de R\$ 405.364,06 (quatrocentos e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e seis centavos), para a empresa RJ Comércio Atacadista e Varejista de Lubrificantes Eireli EPP.

Descalvado, 04 de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 075/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios perecíveis, estocáveis e afins, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 01, 03, 05, 06, 08, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59 e 64 no valor total de R\$ 23.612,74 (vinte e três mil, seiscentos e doze reais e setenta e quatro centavos), para a empresa Comercial Concorrent Eireli EPP.

Descalvado, 09 de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 076/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/14

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de licença de uso de sistema integrado de informática destinado ao gerenciamento e apoio a fiscalização na elaboração da declaração de índice de participação do município, incluindo conversão de dados, implantação com treinamento, manutenção e suporte, bem como as atualizações de versão dos sistemas licenciados pelo período de 12 (doze) meses.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujo objeto, já foi adjudicado em ata pelo Pregoeiro, conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), para a empresa Marcelo Luis Saran Felipin ME.

Descalvado, 11 de setembro de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 078/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de bombas submersas e bomba centrífuga, para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lote nº 01 no valor total de R\$ 6.550,00 (seis mil, quinhentos e cinquenta reais), para a empresa Bombas Leão S/A; lote nº 02 no valor total de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), para a empresa Ebara Indústrias Mecânicas e Comércio Ltda. e lote nº 03 no valor total de R\$ 11.795,00 (onze mil, setecentos e noventa e cinco reais), para a empresa Flex Comércio e Representação Ltda.

Descalvado, 19 de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 079/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios perecíveis, estocáveis e afins.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujos objetos, já foram adjudicados em ata pelo Pregoeiro, conforme seguem: lotes nº 04, 05, 07, 09, 12, 15, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 40, 41, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57 e 60 no valor total de R\$ 11.357,20 (onze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), para a empresa Comercial Concorrent Eireli EPP; lotes nº 13 e 47 no valor total de R\$ 69.531,50 (sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), para a empresa Comercial João Afonso Ltda. e lotes nº 03, 21 e 42 no valor total de R\$ 20.580,28 (vinte mil, quinhentos e oitenta reais e vinte e oito centavos), para a empresa Nutricional Comércio de Alimentos Ltda.

Descalvado, 22 de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 080/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/14

Objeto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, sendo um Sistema de Radiologia Fixa e uma Impressora DRY mais Sistema Digitalizador, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe cujo objeto, já foi adjudicado em ata pelo Pregoeiro, conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para a empresa Sawae Tecnologia Ltda.

Descalvado, 30 de setembro de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, dando cumprimento do disposto no artigo n. 162 da Constituição Federal Brasileira, divulga as Receitas Arrecadadas e os Recursos Recebidos por esta Prefeitura durante o mês de **SETEMBRO de 2014**,

Código	Especificação da Receita (Fonte Recurso)	Mês	Acumulado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.561.941,72	68.747.111,07
1.1.1.2.02.00.00	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	191.640,80	2.770.643,41
1.1.1.2.04.31.00	Retido nas fontes - trabalho (01 - Tesouro)	105.580,12	857.054,72
1.1.1.2.08.00.00	Imposto sobre a transmissão inter vivos - bens imóveis e direitos reais sobre imóveis (01 - Tesouro)	82.189,39	631.731,19
1.1.1.3.05.00.00	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (01 - Tesouro)	310.597,83	2.965.039,84
1.1.2.1.17.00.00	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária (01 - Tesouro)	929,31	45.475,18
1.1.2.1.21.00	Taxa de controle e fiscalização ambiental (01 - Tesouro)	619,30	619,30
1.1.2.1.25.00.00	Taxa de licença p. funcionam. de estabelec. comerciais, industriais e prestadoras de servi (01 - Tesouro)	2.464,98	197.544,50
1.1.2.1.26.00.00	Taxa de publicidade comercial (01 - Tesouro)	174,44	19.207,01
1.1.2.1.29.00.00	Taxa de licença para execução de obras (01 - Tesouro)	3.190,83	27.081,71
1.1.2.1.31.00.00	Taxa de utilização de área de domínio público (01 - Tesouro)	2.069,42	29.951,41
1.1.2.2.12.00.01	Taxa de Expediente (01 - Tesouro)	6.804,43	59.972,13
1.1.2.2.90.00.00	Taxa de limpeza pública (01 - Tesouro)	3,42	1.181,27
1.1.2.2.99.00.01	Taxa de Conservação e Calçamento (01 - Tesouro)	1,33	16,27
1.1.2.2.99.00.02	Taxa de Coleta de Lixo (01 - Tesouro)	29.370,88	410.084,23
1.2.1.0.29.01.00	Contribuição patronal para o regime próprio de previdência Vinculados	965,84	4.918,08
1.2.1.0.29.03.00	Contribuição patronal e inativo civil (03 - Vinculados)	2.498,54	14.364,79
1.2.1.0.29.07.00	Contribuição do servidor ativo para o regime próprio de previdência	965,84	4.803,77
1.2.1.0.29.09.00	Contribuições do servidor inativo para o regime próprio de previdência (03 - Vinculados)	2.498,54	14.097,91
1.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de imóveis urbanos (01 - Tesouro)	2.341,18	15.333,54
1.3.2.5.01.01.00	Receita de remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados e royalties (01 - Tesouro)	668,64	4.560,51
1.3.2.5.01.02.00	Receita de remun. de depósitos banc. de recursos vinculados e fundeb (02)	14.977,94	102.841,84

1.3.2.5.01.03.01	Remun. Depósitos Vinculados Fundo da Saúde - Rec do Tesouro (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	5.195,26	55.476,91
1.3.2.5.01.05.00	Receita de remun. de depósitos bancários de recursos vinculados - manutenção e desenvolvimento (01 - Tesouro)	94,52	3.800,94
1.3.2.5.01.05.02	Receita de remun. de depósitos bancários de recursos vinculados - contribuição de intervenção n (01 - Tesouro)	197,93	1.645,40
1.3.2.5.01.10.01	Remuneração de Depósitos Vinculados - FNAS (Fonte 01 Próprios) (01 - Tesouro)	1.106,75	11.714,47
1.3.2.5.01.99.01	Remuneração de Outros Depósitos Bancários Vinc. COMUCRA (Fonte 06)	803,80	7.200,74
1.3.2.5.01.99.02	Remuneração de Outros Depósitos Bancários Vinculados - (Fonte 01 Tesouro) (01 - Tesouro)	37.187,78	181.618,92
1.3.2.5.02.99.00	Remuneração de outros depósitos de recursos não vinculados (01 - Tesouro)	3.182,89	89.590,93
1.3.2.8.20.00.00	Remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor em renda variável (01 - Tesouro)	1.178,99	9.295,99
1.3.9.0.00.00.01	Aluguéis de Máquinas e Veículos (01 - Tesouro)	470,10	5.710,05
1.6.0.0.03.01.00	Serviços de transporte rodoviário (01 - Tesouro)	1.303,56	32.609,26
1.6.0.0.13.02.00	Serviços de venda de editais (01 - Tesouro)	840,00	2.610,00
1.6.0.0.17.00.01	Patrulha Agrícola (01 - Tesouro)	4.916,04	56.387,27
1.6.0.0.41.00.01	Serviços e Consumo de Água (01 - Tesouro)	173.957,51	1.203.793,11
1.6.0.0.42.00.01	Serviços de Utilização de Esgotos (01 - Tesouro)	84.710,64	585.928,36
1.6.0.0.46.00.00	Serviços de cemitério (01 - Tesouro)	2.735,33	25.103,71
1.6.0.0.99.00.01	Serviços de Ligação de Água (01 - Tesouro)	2.732,10	24.911,24
1.6.0.0.99.00.02	Serviços de Ligação de Esgoto (01 - Tesouro)	1.675,00	15.171,55
1.6.0.0.99.00.03	Serviços de Análise e Emissão de Licenças Ambientais (01 - Tesouro)	0,00	1.495,05
1.6.0.0.99.00.03	Serviços de Análise e Emissão de Licenças Ambientais (06 - Outras Fontes de Recursos)	0,00	2.976,80
1.7.2.1.01.02.00	Cota-parte fundo de participação dos municípios (01 - Tesouro)	1.172.413,61	12.678.613,42
1.7.2.1.01.05.00	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural (01 - Tesouro)	11.534,15	42.182,31
1.7.2.1.22.20.00	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfm (01 - Tesouro)	59.153,55	622.671,06
1.7.2.1.22.30.00	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89 (01 - Tesouro)	8.759,18	56.176,79
1.7.2.1.22.70.00	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep (01 - Tesouro)	22.652,63	174.004,51
1.7.2.1.33.00.01	Pab (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	62.758,00	564.822,00
1.7.2.1.33.00.02	Pacs (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	53.742,00	426.544,00
1.7.2.1.33.00.03	PsF (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	60.605,00	527.620,00
1.7.2.1.33.00.04	Incentivo Bucal (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	14.495,00	125.995,00
1.7.2.1.33.00.05	Vigilância em Saúde (Fonte 05 - Transferências e Convênios Federais Vinculados)	10.088,23	107.923,44
1.7.2.1.33.00.06	Assistência Farmacêutica Básica (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	71.415,72
1.7.2.1.33.00.07	Pacto pela Saúde (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	95.223,77	980.384,61
1.7.2.1.33.00.08	Qualisus (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	3.495,47
1.7.2.1.34.00.02	Piso Básico Transição - Creche e Asf/Idoso (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	58.800,00
1.7.2.1.34.00.03	Piso de Transição Média Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	13.500,00
1.7.2.1.34.00.04	Piso de Alta Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	25.220,00
1.7.2.1.34.00.05	Piso Variável de Média Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	2.250,00
1.7.2.1.34.00.06	Bolsa Família (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	18.266,11
1.7.2.1.34.00.09	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	69.450,00
1.7.2.1.35.01.00	Transferências do salário-educação (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	168.884,48	1.447.086,13
1.7.2.1.35.04.00	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - p (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	5.124,47	15.347,82
1.7.2.1.35.99.01	Merenda PNAEM - Médio (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	5.760,00	45.960,00
1.7.2.1.35.99.02	Merenda PNAE - Eja (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	4.314,00
1.7.2.1.35.99.03	Merenda PNAEC - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	11.820,00	93.700,00
1.7.2.1.35.99.04	Merenda PNAEP - Pré Escola (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	8.180,00	76.410,00
1.7.2.1.35.99.05	Merenda PNAEF-Fundamental (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	19.146,00	140.422,00
1.7.2.1.35.99.06	Manutenção da Educação - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	107.137,06
1.7.2.1.36.00.00	Transferência financeira do icms - desoneração - l.c. nº 87/96 (01 - Tesouro)	11.921,17	95.369,36
1.7.2.1.99.00.03	FEF Auxílio Financeiro para Fomento Exportações (01 - Tesouro)	0,00	20.985,62
1.7.2.2.01.01.00	Cota-parte do icms (01 - Tesouro)	2.798.287,82	21.112.915,13
1.7.2.2.01.02.00	Cota-parte do ipva (01 - Tesouro)	206.818,06	3.733.663,99
1.7.2.2.01.04.00	Cota-parte do ipi sobre exportação (01 - Tesouro)	18.966,86	167.950,05
1.7.2.2.01.13.00	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico (01 - Tesouro)	0,00	6.042,66
1.7.2.2.01.99.01	Multas de Trânsito (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	7.197,55	45.849,42
1.7.2.2.33.00.01	Qualisus - Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	393.690,13
1.7.2.4.01.00.00	Transferência de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valoriza (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	1.367.074,01	11.324.164,61
1.7.3.0.00.00.01	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente COMUCRA (06 - Outras Fontes de Recursos)	7.000,00	43.633,60
1.7.6.2.02.00.01	Merenda Escolar - Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	83.925,00
1.7.6.2.02.00.02	Transporte de Alunos - Educação Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	62.388,30	374.330,00
1.7.6.2.99.00.01	Proteção Social Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	7.678,45	67.702,45
1.7.6.2.99.00.02	Proteção Social Especial (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	5.735,75	51.621,75
1.7.6.2.99.00.03	Municipalização da Agricultura - SEIAA (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	20.000,00
1.7.6.2.99.00.08	Fórmula Avaliação Antigo Lixão (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	49.137,52
1.9.1.1.38.00.00	Multas e juros de mora do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - iptu (01 - Tesouro)	5.298,73	25.923,22
1.9.1.1.40.00.00	Multas e juros de mora do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	2.962,01	17.124,25
1.9.1.1.99.01.01	Multas e Juros de Mora das Taxas (01 - Tesouro)	4.972,60	60.696,48
1.9.1.3.11.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	24.358,04	199.390,45
1.9.1.3.13.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	3.306,94	40.100,43
1.9.1.3.98.00.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa-Contr. Melhoria Rec Ipês (01 - Tesouro)	289,97	3.100,91
1.9.1.3.98.00.04	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa não Tributária (01 - Tesouro)	3.900,17	24.725,81
1.9.1.3.99.00.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	47.455,09	400.534,27
1.9.1.9.10.00.00	Multas previstas na legislação sanitária (01 - Tesouro)	0,00	551,53
1.9.1.9.50.00.00	Multas por auto de infração (01 - Tesouro)	574,47	6.118,47
1.9.2.2.99.00.00	Outras restituições (01 - Tesouro)	689,78	12.925,96
1.9.3.1.11.00.00	Receita da dívida ativa do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - iptu (01 - Tesouro)	35.472,92	345.821,53
1.9.3.1.13.00.00	Receita da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	1.906,73	24.641,02
1.9.3.1.35.00.00	Receita da dívida ativa da taxa de fiscalização e vigilância sanitária (01 - Tesouro)	198,67	5.026,04
1.9.3.1.98.00.01	Receita da Dívida Ativa da Contribuição de Melhoria (01 - Tesouro)	20,05	742,33
1.9.3.1.98.00.03	Receita da Dívida Ativa - PCM Recanto dos Ipês (01 - Tesouro)	273,85	5.763,08
1.9.3.1.99.01.01	Receita da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	6.226,69	75.017,02
1.9.3.2.99.01.00	Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas - principais (01 - Tesouro)	53.868,57	548.743,68
1.9.9.0.99.00.01	Eventuais (01 - Tesouro)	917,20	365.408,54
2.4.7.1.99.00.00	Outras transferências de convênios da união (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	232.337,30	1.218.725,73
2.4.7.2.99.00.03	Outras Transferências de Convênios com o Estado (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	-152.994,17	133.166,12
9.7.2.1.01.02.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - FPM (01 - Tesouro)	-234.482,70	-2.535.439,29
9.7.2.1.01.05.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - ITR (01 - Tesouro)	-2.306,82	-8.436,38
9.7.2.1.36.00.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb ICMS DES LC 87/96 (01 - Tesouro)	-2.384,23	-19.073,84
9.7.2.2.01.01.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - ICMS (01 - Tesouro)	-559.657,34	-4.222.582,83
9.7.2.2.01.02.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPVA (01 - Tesouro)	-41.363,62	-746.732,86
9.7.2.2.01.04.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPI EXPORTAÇÃO (01 - Tesouro)	-3.793,38	-33.590,34
	Total	6.797.296,56	62.533.147,38

HENRIQUE FERREIRA DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA JOSE QUIRINO RIBEIRO N.. 575 AGENOR PERNA	047.035.708-82	068/2012	197,42	169/2014	197,42
RUA DIRCEU CLEMENTE FILA QUADRA N1 LOTE 23 SN NOELMA RAQUEL WASQUES DO NASCIMENTO	175.587.428-62	578/2011	69,80		
AVENIDA GERALDO A. TRALDI TERRENO 3-B-2-2 QUADRA A, 200 DF RECICLAGEM LTDA ME	07.592.962/0001-26	032/2008	732,44	029/2008	732,44
RUA DR CARLOS GUIMARAES N.. 95 JOAO CARLOS DE SOUZA	549.764.218-72	007/2007	156,27	180/2014	156,27
AV. GERALDO ANTONIO TRALDI TERRENO 3B Q, A SN DF RECICLAGEM LTDA ME	07.592.962/0001-26	432/2006	640,69		
RUA DIRCEU CLEMENTE FILA SN ELEN CRISTINA DA SILVA	397.665.598-80	192/2009	69,80		
RUA ORDERIGO GABRIELLI MATR. 3.694 N.. 1.198 ANDERSON APARECIDO SCABIO	383.389.338-99	018/2013	59,86		
AVENIDA LAZARO TIMOTHEO DO AMARAL N.. 609 PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO	46.732.442/0001-23	042/2013	238,95		
RUA ANTONIO BOTARO, QUADRA G, LOTE 02 B, N.. 361 DIEGO R. DOS SANTOS E GISLAINE J. ALVES DA SILVA	390.154.418-63	228/2013	47,27	179/2014	47,27
RUA ANTONIO BOTARO, QUADRA G, LOTE 02, N.. 381 ANDRE LUIS REDONDO	400.821.398-81	234/2013	42,72	167/2014	42,72
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 06, QUADRA D, N.. 182 ANA CAROLINA SIMOES CORSATO	369.170.148-50	339/2013	41,86	164/2014	41,86
RUA: 01, QUADRA B, LOTE 02, N° 50 GABRIEL LUIS FERREIRA	284.988.458-82	362/2013	238,60	172/2014	238,60
RUA AMERICO CRIPPA, QUADRA L1, LOTE 28, N° 40 FABIO BEZERRA DOS SANTOS	084.594.024-44	366/2013	53,04	178/2014	53,04
RUA JOSE ZANATTA, QUADRA H, LOTE 11, N.. 293 DONIZETE AP. TONDAI E ELZA M. ZAMPOLI	115.350.718-85	371/2013	40,29	175/2014	40,29
RUA BENEDITO B. ADORNO N.. 51 PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO	46.732.442/0001-23	389/2013	155,15		
RUA 07, LOTE 40, QUADRA G.I., N° 11 RODRIGO FABIO GUERRA	358.338.308-77	486/2013	51,59	186/2014	51,59
RUA BENEDITO G. STOPPA, LOTE 09, QUADRA D, N.. 251 CRISTIANO VENANCIO DE SOUZA	359.465.548-24	496/2013	59,31	174/2014	59,31
RUA SEBASTIAO C. DE FREITAS, Q G, L 01 N.. 10 RICARDO S.DALBENSE E TATIANA MARA GALHASSO	290.677.198-89	009/2014	49,25	176/2014	49,25
RUA JOSE ZANATTA, LOTE 09-A, QUADRA H, N. 313 DANILO APARECIDO ZANETTE	338.809.108-04	019/2014	48,58	183/2014	48,58
RUA PYLADES E. FACHIN, QUADRA J, LOTE 06, N.. 537 PALOMA REGIANE BOARATO	341.100.098-80	026/2014	33,11	165/2014	33,11
RUA LUCIANO PERIPATO, QUADRA K, LOTE 26, N° 121 WILLIAM ROBERTO BRUNO	403.499.448-73	035/2014	46,50	173/2014	46,50
RUA BAHIA, N° 231 PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO	46.732.442/0001-23	063/2014	611,51		
RUA JULIO BRAGUIM, QUADRA G, LOTE 06D9, N° 90 PAULO ROBERTO SARAIVA	311.608.778-40	062/2014	43,00	166/2014	43,00
RUA CONSELHEIRO ANTONIO PRADO, N° 284 MARIA FERNANDA PENTEADO GABRIELLI	360.386.478-64	059/2014	247,57	168/2014	247,58
RUA ORLANDO COSTA, QUADRA D, LOTE 14, N.. 99 MARCOS FRANCO ANTOCHIO	400.412.648-78	088/2014	50,84	185/2014	50,84
RUA JOAO XXIII, QUADRA 06, LOTE 14, N° 94 DANILO POLTRONIERI VITAL	368.552.538-73	100/2014	90,30	170/2014	90,30
RUA NELSON RUIZ, LOTE 05, QUADRA C, N.. 62 ELIZABETH C.RUY MORAES E ROGERIO R.S.MORAES	295.259.368-05	104/2014	40,84		
RUA PD. JEREMIAS JOSE NOGUEIRA, LOTE 03, N.. 283 APARECIDO DE JESUS FERREIRA	026.420.718-12	122/2014	96,00	187/2014	96,00
RUA ANTONIO DEPONTI, LOTE 10, QUADRA U, N. 391 EVERSON LUIS DO NASCIMENTO	260.089.898-05	291/2014	46,88	188/2014	46,88
RUA SEBASTIAO ROBERTO TRALDI N.. 201 CRISTIANE ADAO	286.087.528-08	319/2014	117,14	171/2014	117,15
RUA JOSE DO NASCIMENTO N.. 340 OSMARINA MONTEIRO IGNACIO	027.755.558-29	317/2014	170,89	184/2014	170,89
RUA CEL. ARTHUR WHITACKER N.. 1.111 SCHALCH E PRATTA LTDA.	04.836.411/0001-72	326/2014	734,44	181/2014	734,45
RUA LUIZ BARBALHO N.. 1.261 EVERTON ROGER CONEJO	247.898.618-30	334/2014	169,82	177/2014	169,83
RUA ALBINO VICENTE SICCHIOLO N.. 240 WALTER GERALDO PASCHOAL JUNIOR	171.636.328-43	345/2014	57,96	182/2014	57,97


PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA OSCAR F. DE CARVALHO, Q. F. L. 06, N.. 609 LUIS BRAS LOPES	027.752.758-93	348/2014	174,80		
RUA APARECIDO HENCKLEIN, L. 05, Q. G2, N.. 120 LUCAS HENRIQUE DA MOTTA	382.256.648-92	349/2014	44,00		
RUA EMILIO BORTOLETTO, Q S, L 29, N.. 64 ANDERSON E. DOS ANJOS DEVITE E VANESSA G. OLIVEIRA	398.059.868-37	350/2014	64,98		
RUA 02, LOTE 12, QUADRA F, N.. 1.030 VALDIR BAPTISTELLA E ANDREIA FREIRE BAPTISTELLA	123.443.808-92	352/2014	188,61		
RUA ANTONIO DEPONTE, LOTE 09, QUADRA U, N. 381 MARIA AMELIA MAIO NASCIMENTO	166.735.678-05	353/2014	218,44		
RUA PAULO CASATI FILHO, QUADRA L1, LOTE 23, N.. 10 HELIO MARTINS SERRA E MARIA O.FRANCELINO SERRA	099.298.437-87	351/2014	69,94		
RUA PADRE JEREMIAS J. NOGUERIA N.. 1.270 DOUGLAS ALEXANDRE DANAGA	027.850.158-35	354/2014	666,01		
RUA SEBASTIAO ROBERTO TRALDI N.. 200 CAMILA FERNANDA PERIPATO	319.945.338-46	355/2014	194,92		
RUA ANGELO CERANTOLA, LOTE 04, QUADRA A, N. 265 RAFRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	09.053.287/0001-92	356/2014	48,52		
RUA BENEDITO PESSOA, QUADRA M, LOTE 38, N.. 120 MOISES APARECIDO SCABIO E LUCIANA NUNES FARIAS SCABIO	386.857.618-59	358/2014	52,72		
RUA MILTON TIMOTHEO DO AMARAL N.. 48 LUIZ ANTONIO DOS SANTOS E ESPOSA	033.931.378-16	357/2014	158,00		
ESTR. VICINAL VITOR GAIA PUOLI, KM 3+300M SN SSP LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA.EPP	15.456.724/0001-11	360/2014	4.598,49		
RUA PYLADES E. FACCHINI, L. 08, Q. I, N.. 556 ALINE MARIA CRUZ	165.015.528-00	359/2014	42,84		
RUA MARIO BENEDITO BRINER N.. 181 DENISE FERDINANDO	371.550.988-09	361/2014	196,56		
RUA JOAO GABRIELLI, LOTE 02-D, N.. 207 JOSE ANTONIO LAZARINI FILHO E ESPOSA	027.760.398-67	363/2014	677,45		
RUA JOSE QUIRINO RIBEIRO N.. 570 EDNER TORTELLA	259.053.188-59	362/2014	129,91		
RUA CARLOS PULICI N.. 323 SERGIO ANTONIO RUY	833.276.738-53	364/2014	174,59		
RUA APOSTOLO CHIARETTO, L.13, Q. L N.. 230 SEBASTIAO LUIS RADAEL	270.267.068-70	366/2014	39,65		
RUA ANTONIO BIANCHI NETO , L.16, Q. K, N.. 11 SILVIA REGINA BIANCHI	115.357.588-48	365/2014	161,16		
RUA FRANCISCO RUIZ N.. 114 NATALIA CRISTINA MAGNO	168.044.208-29	368/2014	161,53		
RUA PEDRO PAULO CASARIM N.. 83 VANESSA RODRIGUES VALENTIM	115.352.068-02	367/2014	216,52		
RUA APARECIDO HENCKLEIN, Q. G1, L. 39, N. 21 RENATO PEDRO PEREIRA DA SILVA	357.549.848-20	370/2014	39,93		
RUA MILTON T. DO AMARAL, L. 247, Q. T, N.. 374 THIAGO DANILO ZAPPELONI	297.637.098-22	372/2014	39,09		
RUA JOAO SANCHES FRANDES N.. 60 NILTON CEZAR GALLO	318.063.918-05	371/2014	85,98		
RUA EMILIO BORTOLETTO, Q.S, L. 27, N.. 50 CRISTIAN CARLOS CARDOSO	225.438.168-79	369/2014	55,56		
RUA APARECIDO HENCKLEIN, L. 25, Q. G1, N.. 161 THIAGO AUGUSTO DO NASCIMENTO	304.519.538-51	373/2014	46,88		
AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, LOTE 06, N.. 1.661 RONALDO CEZAR SPIDO	263.340.298-43	374/2014	129,05		
RUA JACOMO BORTOLETTO, Q. X, L. 01, N.. 235 ANTONIO CESAR DE OLIVEIRA	036.752.928-94	375/2014	81,41		
RUA JOSE FRANCISCO MACHADO, Q. L, L.09, N.. 40 PEDRO AUGUSTO DO PINHO	390.350.308-85	376/2014	41,59		
RUA DR. ANASTACIO VIANA, LOTE 17, N.. 2.260 MARCOS ANT. ROSA VIANNA	049.636.128-79	377/2014	107,00		
RUA JOSE MACHADO, QUADRA J, LOTE 14, N.. 21 CAMILA APARECIDA PIZELLI	390.076.988-50	379/2014	50,74		
RUA DIRCEU C. FILA, QUADRA N1, LOTE 23, N.. 50 NOELMA RAQUEL WASQUES DO NASCIMENTO	175.587.428-62	378/2014	112,61		
RUA ODAIR BERTOLUCCI, LOTE 16, QUADRA F, N.. 71 DIEGO PHILEMON MARTINS	315.235.478-98	380/2014	89,13		
RUA JOSE ANTONIO LAZARINI N.. 336 MAYRA ARIANA O. DE MORAES LEITAO	152.754.618-79	384/2014	171,26		
RUA APARECIDO HENCKLEIN, Q G1, L 22, N. 191 DIEGO RODRIGO ZANATTA	367.270.028-27	383/2014	42,24		

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA ANTONIO COSTA, QUADRA C, LOTE 23, N. 29 MARCOS PAULO DE OLIVEIRA E LILIAN GRAZIELE GOMES	233.070.908-01	382/2014	53,40		
RUA PEDRO ROMANELLO, QUADRA E, LOTE 13, N. 61 WILLIAN GABRIEL DOS SANTOS	308.513.338-00	381/2014	37,43		

DESCALVADO, 1 de outubro de 2014

A Relação de Alvarás e Habite-se foi recebida pela SRP, conforme abaixo:

Nome do arquivo:	46732442000123.20141001101824
Origem dos Dados:	SisobraPref v1.0.1.5
Data e Hora da Criação:	01/10/2014 10:18:24
Data e Hora da Transmissão:	01/10/2014 10:19:59
Competência dos Registros:	09/2014
Total de Registros de Obra:	71
Total de Registros no Arquivo:	99

Nº do Recibo: 2594185880

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Despachos do Chefe de Seção, de 01-09-2014

=Produção mês Agosto/2014:

Produção Equipe mês Agosto/2014 (complexidade básica)	Total
Comércio de gêneros alimentícios	69
Comércio atacadista de alimentos	01
Serviços de psicologia	02
Atividades de fisioterapia	03
Coleta de água para consumo humano - PROÁGUA	09
Habitação	01
Terreno baldio	23
Posto de combustíveis (área contaminada)	01
Solução alternativa de Abastecimento de Água	01
Veículo transporte de produtos de interesse à saúde	01
Gestão de Rede de Esgoto	01
Cabeleireiros	01
Inspeção Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011 (álcool)	71
Inspeção Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009 (tabaco)	105
Total	289

Produção Equipe mês Agosto/2014 (complexidade média)	Total
Indústria de Alimentos	02
Drogaria	03
Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	02
Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	02
Atividade Odontológica	01
Comércio atacadista de medicamentos	01
Total	11

Produção Equipe mês Agosto/2014 (complexidade alta)	Total
Indústria de desinfestantes domissanitários	01
Casas de apoio para dependentes químicos	06
RX Odontológico	01
Laboratórios clínicos	02
Farmácia hospitalar	01
Instituições de longa permanência para idosos	02
Total	13

Documentos expedidos – mês agosto/2014	Total
Licença de Funcionamento	14
Auto de Infração	02
Termo de Inutilização	04
Renovação de Licença de Funcionamento	29

Procedimentos internos – mês Agosto/2014	Total
Atendimento ao usuário - Orientação	156
Atendimento ao usuário - Reclamação	104

Análise de Processos	173
----------------------	-----

Participação em eventos – mês Agosto/2013	
Dia 26 – Reunião GVS XII – Araraquara (Programa Renali)	
Dia 21 e 28 – Reunião CONDEMA	

=Autos de Imposição de Penalidade de Multa expedidos:

-Proc.2992/2014 - Hélio Sebastião Andreguetti – Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0903 – série AK, por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Casati, nº 22, bairro Vila São Jorge. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3180/2014 - Casati & Gabrielli Com. de Prod. Agropecuários Ltda – Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0920 – série AK, por não ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Benedito Barbosa Adorno, quadra I, lotes 02, 03, 04, 05 e 06, bairro Jardim São Francisco. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3242/2014 - Vagner José Borges - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0922 – série AK, por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Luiz Marcos, quadra 14, lote 05, bairro Recanto dos Ipês. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3296/2014 - Neusa Rodrigues M. Rosa Viana - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0923 – série AK, por não ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua 24 de Outubro, lote 01-01-031-0496 e lote 01-01-031-0263, bairro Centro. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso

de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3477/2014 - José Carlos de Moraes - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0924 – série AK, por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Maestro Francisco Todescan, quara A, lote 09, bairro Jardim Cambará. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

=Processos arquivados:

-Proc.3126/2014 - Edvaldo Pereira – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado a Rua Paulo Casati Filho, quadra L1, lote 23, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3127/2014 - Antonio Marcos F. da Silva - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado a Rua Américo Crippa, quadra L1, lote 34, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3128/2014 - Walter José de Almeida - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado a Rua Indalécio Calza, quadra M1, lote 18, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3241/2014 - Izabel Donizetti Bronine Ferreira - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado a Rua Antonio Luiz Marcos, quadra 13, lote 30, bairro Recanto dos Ipês.

=Cancelamento de Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.4677/2014 - Supermercado Verona Descalvado Ltda ME – Cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000039-1-3, por não operar mais com a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados à Rua das Azaléias, nº 695, bairro Parque Morada do Sol.

=Termo de Inutilização expedido:

-Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado – Termo de Inutilização nº 0678 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

=Alteração de Razão deferida:

-Proc.4679/2014 - S.M.Reis de Carvalho & Cia Ltda – Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000099-1-1 para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Talita Silva, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 158.150 – Responsáveis Técnicos Substitutos: Daniel de Sá Antunes, médico inscrito no CRM/SP sob o nº 158.136, David Pedrão da Silva, médico inscrito no CRM/SP sob o nº 145.891, Lívia Mara Arnoni Lanzoni Drago Mendes, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 116.701 D e Sérgio Mauricio Reis de Carvalho, médico inscrito no CRM/SP sob o nº 29.620.

=Baixa de Responsabilidade Técnica Substituta deferida:

-Proc.2947/2014 - Via Saúde Clínica de Reabilitação Química Ltda

EPP – Baixa de Responsabilidade Técnica de Isabel Cristina Bonani Tessarin, enfermeira inscrita no COREN/SP sob o nº 0232851.

=Assunção de Responsabilidade Técnica Substituta deferida:

-Proc.2906/2014 - Via Saúde Clínica de Reabilitação Química Ltda EPP – Assunção de Responsabilidade Técnica de Fabiana Zafani Hypólito, enfermeira inscrita no COREN/SP sob o nº 330507.

Despachos do Chefe de Seção, de 02-09-2014

=Auto de Imposição de Penalidade de Advertência expedido:

-Proc.2698/2014 - Jorge Luiz Russi Pizzaria – Auto de Imposição de Penalidade de Advertência nº 0902 – série AK – Por ter solicitado a renovação da Licença de Funcionamento depois do prazo estipulado na legislação municipal em vigor.

=Processos arquivados:

-Proc.2698/2014 - Jorge Luiz Russi Pizzaria – Tendo em vista ter regularizado a Licença de Funcionamento para a atividade de Restaurantes e similares.

-Proc.2770/2014 - Rogilson Romer Romanello ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais.

-Proc.3359/2014 - Magalhães & Menendes Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Restaurantes e similares.

-Proc.3475/2014 - Maria das Graças Oliveira 11534365826 – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

=Autos de Imposição de penalidade de Multa expedidos:

-Proc.3094/2014 - Fernando Wagner Biagio – Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0917 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Mazaro, quadra E1, lote 04, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3130/2014 - Espólio Ângelo Pecioli - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0918 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Jayme Whitacker Penteado, lote 01-05-048-0712, bairro São Sebastião. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3132/2014 - Geraldo Raimundo Lopes - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0919 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Washington Luiz, nº 47, bairro São Sebastião. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3239/2014 - Carlos Alberto Mansini - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0921 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Ano-

tnio Lazarini, quadra 11, lote 33, bairro Recanto dos Ipês. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

Despachos do Chefe de Seção, de 03-09-2014

=Processos arquivados:

-Proc.3093/2014 - Irene Petris – Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Darcy AP. Filla, quadra D1, lote 15, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3095/2014 - Danilo Aparecido Correa - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Abílio Franco de Lima, quadra E1, lote 31, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3096/2014 - Gilmar Donizete de Jesus - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Abílio Franco de Lima, quadra E1, lote 32, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3097/2014 - Marcos Roberto de Almeida - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Dr. Leonardo Fregonezi Jr., quadra J1, lote 14, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3098/2014 - Janete Mayumi N. Catino - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Leonor Pizaro Mussoluni, quadra J1, lote 29, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3124/2014 - Ítalo Pereira Poiatti - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Paulo Casati Filho, quadra L1, lote 13, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3125/2014 - Jefferson Dias das Neves - Tendo em vista ter providenciada a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Paulo Casati Filho, quadra L1, lote 18, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

=Notificações para Recolhimento de Multa expedidas:

-Proc.1858/2013 - João Batista Amaral – Notificação para Recolhimento de Multa nº 0397 – série AB – Por não ter quitado a multa imposta no prazo estipulado na publicação do Jornal Oficial do Município nº 410, página 31, de 30-06-2014. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para pagamento da multa imposta. Não recolhida a multa imposta dentro do prazo mencionado, será ajuizado processo de cobrança executiva, na forma da lei.

-Proc.5276/2013 - Wilson Clebison Severino - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0396 – série AB – Por não ter quitado a multa imposta no prazo estipulado na publicação do Jornal Oficial do Município nº 410, página 25, de 30-06-2014. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para pagamento da multa imposta. Não recolhida a multa imposta dentro do prazo mencionado, será ajuizado processo de cobrança executiva, na forma da lei.

-Proc.5614/2014 - Solange Aparecida S. dos Reis Ferrandi - Notificação para Recolhimento de Multa nº 0395 – série AB – Por não ter quitado a multa imposta no prazo estipulado na publicação do Jornal Oficial do Município nº 410, página 24, de 30-06-2014. Fica concedido ao notificado o prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, para pagamento da multa imposta. Não recolhida a multa imposta dentro do prazo mencionado, será ajuizado processo de cobrança exe-

cutiva, na forma da lei.

=Autos de Imposição de Penalidade de Multa expedidos:

-Proc.3053/2014 - Otávio Nagib A. Zeraik - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0904 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Segatto, quadra A, lote 01, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3054/2014 - Gilson Gonçalves Pereira - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0905 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Costa, quadra A, lote 09, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3055/2014 - Denize Silva A. de Albuquerque - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0906 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Antonio Costa, quadra C, lotes 19 e 20, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3056/2014 - Everton Carlos S. Martins - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0907 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Orlando Costa, quadra C, lotes 39 e 40, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3057/2014 - Izaías de Jesus Batista - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0908 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Ayres dos Santos, quadra E, lote 23, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3058/2014 - Luis Marçal Ferreira - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0909 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Luiz Terci, quadra E, lotes 49 e 50, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3063/2014 - Congregação Cristã no Brasil - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0910 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Avenida Antonio Garbuio, quadra J, lote 06, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3066/2014 - Silvia Helena Costa Barbosa - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0911 – série AK – Por não ter providencia-

do a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Benedito Pessoa, quadra M, lote 35, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3067/2014 - José Roberto C. Pierin - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0912 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Benedito Pessoa, quadra M, lote 36, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3084/2014 - Maristela Aparecida Moraes - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0913 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Dr. Jayme de Araújo Goés, quadra R, lote 01, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3086/2014 - Adriana Daniel da Silva - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0914 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Jacomo Bortoletto, quadra V, lote 09, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3088/2014 - Romualdo de Oliveira - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0915 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Jacomo Bortoletto, quadra V, lote 13, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

-Proc.3092/2014 - Tamires Fernanda Barutti - Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0916 – série AK – Por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Emílio Bortoletto, quadra B1, lote 21, bairro Resid. Bosque do Tamanduá. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

Despachos do Chefe de Seção, de 04-09-2014

=Processos arquivados:

-Proc.3062/2014 - Paulo Henrique da Silva – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Luiz Terci, quadra E, lote 51, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3064/2014 - Manoel Bernardo da Silva - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Luiza P. Bortoletto, quadra J, lote 22, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3065/2014 - Marta Vera S. D. Rodrigues - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Luiz Antonio Crippa, quadra M, lote 08, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3068/2014 - Luiz Antonio Cardoso - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José Romano Zaffalon, quadra Q, lote 09, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3085/2014 - Genlson Ferreira de Souza - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Emilio Bortoletto, quadra U, lote 08, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3087/2014 - Lucas Carneiro Valêncio - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Jacomo Bortoletto, quadra V, lotes 11 e 12, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3089/2014 - Paulo Roberto Franco - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Jacomo Bortoletto, quadra V, lote 14, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3090/2014 - Diana Moreira - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Ovídio Rodrigues Cavalheiro, quadra X, lote 16, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.3091/2014 - Paulo Henrique Colucci - Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Jacomo Bortoletto, quadra Z, lote 23, bairro Resid. Bosque do Tamanduá.

-Proc.2649/2014 – SPF do Brasil Indústria e Comércio Ltda – Tendo em vista deferimento da baixa de responsabilidade técnica de Carla Roberta Ferreira, nutricionista inscrita no CRN/SP sob o nº 108159/T.

=Auto de Infração expedido:

-Proc.2788/2014 - Sofia Caucabene – Auto de Infração nº 2638 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sergipe, quadra G, lote 22, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.3561/2014 - Mineração Jundu S/A – Auto de Infração nº 2711 – série AB - Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Ézio Ângelo de Marco, quadra F, lote 02, bairro São Francisco, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 05-09-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.4558/2014 - Margherita Cristina Vitulio Biazoli ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000080-1-0 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.4559/2014 - Moacyr Biazoli Junior ME - Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000059-1-6 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

=Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.4676/2014 - Dulcineia dos Santos Lima 10890446822 – Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000097-1-7 para a atividade

de de Comércio varejista de bebidas – validade até 31-05-2015.

=Processos arquivados:

-Proc.2372/2014 - Simone Cristina Octaviano ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade de psicologia e psicanálise.

-Proc.3290/2014 - Isabel Cristina Martinelli de Albino ME – Tem do em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria.

Despachos do Chefe de Seção, de 09-09-2014

=Processos arquivados:

-Proc.4015/2014 - Viver Clínica Terapêutica Ltda – EPP – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependentes químicos.

-Proc.2947/2014 - Via Saúde Clínica de Reabilitação Química Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da baixa de responsabilidade técnica substituta de Isabel Cristina Bonani Tessarin, enfermeira inscrita no COREN/SP sob o nº 0232851.

Despachos do Chefe de Seção, de 10-09-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2440/2014 - Edson L. Traldi & Carlos A. Traldi Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados.

-Proc.3142/2014 - Centro Ótico Descalvado Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade Comércio varejista de artigos de ótica.

-Proc.3386/2014 - Fábio Bertini Rotisserie Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar.

-Proc.3387/2014 - Ricardo Bertini ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar.

-Proc.3384/2014 - Landinho Comércio de Carnes Ltda EPP - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues.

-Proc.3902/2014 - Bom Dia Distribuidora de Alimentos Ltda - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados.

-Proc.4018/2014 - Mirian Polidori ME - Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues.

-Proc.4569/2014 - Maria Célia Xavier Doces ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes.

-Proc.4593/2014 - Rubens Algarte de Rezende - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.

-Proc.4594/2014 - Adrianis Pancini Rezende - Tendo em vista defe-

rimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

Despachos do Chefe de Seção, de 11-09-2104

=Processos arquivados:

-Proc.2879/2014 - Uniprev Laboratórios de Análises, L., B., M. e Representações Ltda – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Laboratórios clínicos.

-Proc.4059/2014 - Luiz Gonzaga Fortunato da Silva Filho – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade de fisioterapia.

-Proc.4289/2014 - M. Tendas Promoções e Eventos Ltda ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade relacionada a esgoto, exceto gestão de rede de esgoto.

-Proc.4505/2014 - Fisioterapia Penteado Gabrielli Ltda - Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade de fisioterapia.

-Proc.4677/2014 - Supermercado Verona Descalvado Ltda ME – Tendo em vista deferimento do cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206471000039-1-3, por não operar mais com a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – supermercados.

-Proc.4679/2014 - S.M. Reis de Carvalho & Cia Ltda - Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

=Credenciamento de dispensação do medicamento Talidomida deferido:

-Prefeitura do Município de Descalvado – Credenciamento nº 001/2014 – Responsável Técnico: Bianca Kirchner da Silva, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 27.841 – Responsável Técnico Substituto: Carla Cristina Espírito Santo, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 25.630.

Despachos do Chefe de Seção, de 12-09-2014

=Processos arquivados:

-Proc.2691/2014 - Elza Kazue Yajima da Silva ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Padaria e confeitaria com predominância de revenda.

-Proc.4451/2014 - Douglas Daniel da Silva Santos 38494414828 – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3743/2014 - Sandra Alves Artton ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000058-1-9 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.4557/2014 - Thais Lamay da Silva 38727469875 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000127-1-8 para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas- validade até 31-05-2015.

=Alteração de responsabilidade técnica:

-Farmácia Descalvado Comércio de Medicamentos Ltda – Ficha Cadastral para dispensação de medicamentos de uso sistêmico a base de substâncias da Lista C2 (retinóides) da Portaria SVS/MS nº 344/98 – Cadastro nº 001/2014 – Responsável Técnico: Larissa Mazaro Fuzaro, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 60.156.

Despachos do Chefe de Seção, de 15-09-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.1547/2012 - Prefeitura do Município de Descalvado – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000035-1-4 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Ana Lúcia Bello, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 102.535.

-Proc.1798/2013 - Prefeitura do Município de Descalvado – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000035-1-4 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Ana Lúcia Bello, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 102.535.

-Proc.2059/2014 - Prefeitura do Município de Descalvado – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000035-1-4 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Ana Lúcia Bello, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 102.535.

-Proc.3293/2014 - Zago Pierin & Cia Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000079-1-9 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.1493/2014 - Lanchonete Whisknã Ltda ME - Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000016-1-9 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 16-09-2014

=Termo de Inutilização expedido:

-Bonitátibus & Reschini Ltda ME – Termo de Inutilização nº 0679 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) com os prazos de expirados.

=Processos arquivados:

-Proc.2566/2014 - Mirian Fernanda Colucci – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade de psicologia e psicanálise.

-Proc.2880/2014 - Lar São Vicente de Paulo – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Instituições de longa permanência para idosos.

-Proc.2947/2014 - Via Saúde Clínica de Reabilitação Química Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da baixa de responsabilidade técnica substituta de Isabel Cristina Bonani Tessarim, enfermeira inscrita no COREN/SP sob o nº 0232851.

-Proc.3067/2014 - José Roberto C. Pierin – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Benedito Pessoa, quadra M, lote 36, bairro Bosque do Tamanduá.

-Proc.3420/2014 - Mário Luiz Costa & Cia Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues.

-Proc.3827/2014 - Renato Gentil Stoppa ME - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de carnes – açougues.

-Proc.4288/2014 - Rosana Cerantola Vigatto 12330260890 – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Fornecimento de alimentos preparados para consumo domiciliar.

Despachos do Chefe de Seção, de 17-09-2014

=Processos arquivados:

-Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado – Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

-Proc.2475/2014 - Valdinei Toffoli EPP – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares.

-Proc.3220/2014 - Joice Traldi de Lima 36917024813- Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Restaurantes e similares.

-Proc.4461/2014 - Estevão Aparecido Horvate 01638107882 – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de produtos alimentícios em geral.

-Proc.4462/2014 - Cristiane de Souza Roberto 04052744675 – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

-Proc.4171/2014 - Silpharma Indústria e Comércio de Medicamentos Veterinários Ltda ME – Tendo em vista deferimento da alteração de endereço e de Razão Social.

Despachos do Chefe de Seção, de 18-09-2014

=Processo arquivado:

-Proc.2707/2014 - Osório & Mendes Ltda ME – Tendo em vista cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-00048-1-2 por não operar mais com a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados.

=Cancelamentos de Licenças de Funcionamento deferidos:

-Proc.3747/2014 - Marisa Mazzonetto de Oliveira – Cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000049-1-0 por não operar mais com a atividade de Atividades de fisioterapia à Rua Cel. Manoel Leme, nº 503, bairro Centro.

-Proc.4556/2014 - Renata Maria Penteado Gabrielli - Cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000048-1-2 por não operar mais com a atividade de Atividades de fisioterapia à Avenida Bom Jesus, nº 221, bairro Centro.

=Processos indeferidos:

-Proc.5906/2010 – Inácia Galdino dos Santos 06298823808 – Não atendeu à concessão de prazo publicado no Jornal Oficial do Municí-

pio nº 409, de 30-05-2014, página 41, para solicitar cancelamento da solicitação de Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de bebidas, tendo em vista não operar mais à Rua José Ferreira, nº 734, bairro Centro.

-Proc.5901/2011 - Luis Fábio Mazzari JR 39672627823 - Não atendeu à concessão de prazo publicado no Jornal Oficial do Município nº 406, de 28-02-2014, página 21, para solicitar cancelamento da solicitação de Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares, tendo em vista não operar mais à Rua José Bonifácio, nº 576, bairro Centro.

-Proc.1228/2014 - Rigor Alimentos Ltda - Não atendeu à concessão de prazo publicado no Jornal Oficial do Município nº 410, de 30-06-2014, página 30, para solicitar cancelamento da solicitação de renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, tendo em vista não operar mais à Rodovia SP 215 – Km 115 – Rural.

Despachos do Chefe de Seção, de 19-09-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.2851/2014 - Jair Antonio Costa – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000014-1-4 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015.

-Proc.2956/2014 - Supermercado Doni Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-471-000001-1-6 para a atividade de Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados – validade até 31-05-2015.

-Proc.4599/2014 - Clínica Médica Fregonesi Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000086-1-3 para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Rodrigo Leonardo Viničius Fregonesi, médico inscrito no CRM/SP sob o nº 121.791.

Despachos do Chefe de Seção, de 22-09-2014

=Processo arquivado:

-Bonitátibus & Reschini Ltda ME – Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) com os prazos de validade expirados.

=Produtos coletados para análise fiscal:

-Lingüiça de frango resfriada, marca Itabom, lote não consta, data de fabricação 12-09-2014, data de validade 11-10-2014, fabricada por Polifrigor S/A Indústria e Comércio de Alimentos – Termo de Colheita de Amostra TCA-207-A 0027 – Produto encaminhado ao Instituto Adolfo Lutz de Ribeirão Preto para verificar determinações analíticas microbiológicas, atendendo Projeto Renali - Microbiologia.

-Queijo Minas Frescal, marca Vale do Orizona, lote nº 104227RE, data de fabricação 18-08-2014, data de validade 16-11-2014, fabricado por Fábrica de Laticínios – Laticínios J.L. Ltda - Termo de Colheita de Amostra TCA-207-A 0028 – Produto encaminhado ao Instituto Adolfo Lutz de Ribeirão Preto para verificar determinações analíticas microbiológicas, atendendo Projeto Renali - Microbiologia.

Despachos do Chefe de Seção, de 23-09-2014

=Processos arquivados:

-Proc.1626/2014 - Luiz Gonzaga Fortunato da Silva – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.

-Proc.2059/2014 - Prefeitura do Município de Descalvado - Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.

=Alteração de endereço deferido:

-Proc.4926/2014 - Maria Fernanda Penteado Gabrielli ME – Alterado o endereço para a Rua Conselheiro Antonio Prado, nº 284, bairro Centro – Atividade de Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas – Licença de Funcionamento nº 351370206-477-000005-1-5 – validade até 30-04-2015 – Responsável Técnico: Maria Fernanda Penteado Gabrielli, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 54.028.

Despachos do Chefe de Seção, de 26-09-2014

=Processos arquivados:

-Proc.5906/2010 – Inácia Galdino dos Santos 06298823808 – Tendo em vista indeferimento da solicitação de Licença de Funcionamento para a atividade de Comércio varejista de bebidas, à Rua José Ferreira, nº 734, bairro Centro.

-Proc.5901/2011 - Luis Fábio Mazzari Jr 39672627823 – Tendo em vista indeferimento da solicitação de Licença de funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares, à Rua José Bonifácio, nº 576, bairro Centro.

-Proc.0114/2014 - José Ademir Moreto – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Antonio Cirelli, nº 45, bairro Jardim Cambará.

-Proc.1075/2014 - Mário Orlando Perna – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua José do Nascimento, quadra 05, lote 15, bairro Ricardo Cesar.

-Proc.1228/2014 - Rigor Alimentos Ltda – Tendo em vista indeferimento da solicitação de renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, à Rodovia SP 215 – Km 115 – Rural.

-Proc.3747/2014 – Marisa Mazonetto de Oliveira – Tendo em vista deferimento do cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000049-1-0, por não opera mais com a atividade de Atividade de Fisioterapia à Rua Cel. Manoel Leme, nº 503, bairro Centro.

-Proc.4556/2014 - Renata Maria Penteado Gabrielli - Tendo em vista deferimento do cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000048-1-2, por não opera mais com a atividade de Atividade de Fisioterapia à Avenida Bom Jesus, nº 221, bairro Centro.

=Cancelamento de Licença de Funcionamento deferido:

-Proc.3857/2014 - Daniela Cristina Fagian 33587068852 – Cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000084-1-9 por não operar mais com a atividade de Cabeleireiros à Avenida da Saudade, nº 180 – sala C, bairro Jardim Albertina.

Despachos do Chefe de Seção, de 29-09-2014**=Processos arquivados:**

-Proc.3361/2011 - Jose Cristina dos Santos ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

-Proc.3453/2012 - Marcel C.T. Fioco & Cia Ltda ME – Tendo em vista deferimento da alteração de Razão Social.

=Processos indeferidos:

-Proc.4885/2011 - Kátia Cristina do Nascimento 15031229802 – Tendo em vista encerramento da atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares à Rua das Azáleas, nº 787, bairro Parque Morada do Sol e não ter solicitado o cancelamento da solicitação de Licença de Funcionamento.

-Proc.1976/2014 - Odirlei Benedito Domingues 14954345839 - Tendo em vista encerramento da atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares à Rua das Azáleas, nº 787, bairro Parque Morada do Sol e não ter solicitado o cancelamento da solicitação de Licença de Funcionamento.

=Cancelamento de Licença de Funcionamento deferida:

=Proc.4819/2014 - Camila Fernanda Peripato – Cancelamento da Licença de Funcionamento nº 351370206-865-000046-1-8 por não operar mais com a atividade de Atividades de psicologia e psicanálise à Rua Cândido Rodrigues, nº 503- sala A, bairro Centro.

=Alteração de Razão Social e de renovação da Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.4998/2014 - Roberto Bonani de Souza Artigos Esportivos ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-931-000011-1-2 para a atividade de Atividades de condicionamento físico – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Roberto Bonani de Souza, inscrito no CREF/SP sob o nº 051278-G – Alteração de endereço para a Rua Nicolau Antonio Lobo, nº 537, bairro Centro.

=Renovação de Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.5037/2014 - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-861-000003-1-0 para a atividade de Farmácia Hospitalar – validade até 30-04-2015 – Responsável Técnico:

Elisabete Borelli Duarte, farmacêutica inscrita no CRF/SP sob o nº 14.148.

Despachos do Chefe de Seção, de 30-09-2014**=Licença de Funcionamento deferida:**

-Proc.3557/2014 - Grazielle de Oliveira Bete Colombo 40855722886 – Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000150-1-6 para a atividade de Cabeleireiros – validade até 28-02-2015.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.3742/2014 - Marcelo de Medeiros Ferreira ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000038-1-6 para a atividade de Cabeleireiros – validade até 28-02-2015.

-Proc.4508/2014 - Paganoto & Zago Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-472-000030-1-8 para a atividade de Comércio varejista de hortifrutigranjeiros – validade até 31-05-2015.

=Termo de Inutilização expedido:

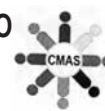
-Maria Fernanda Penteado Gabrielli ME – Termo de Inutilização nº 0681 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) com os prazos de validade expirados.

=Processo arquivado:

-Proc.4926/2014 - Maria Fernanda Penteado Gabrielli ME – Tendo em vista deferimento da alteração de endereço.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO****Conselho Municipal de Assistência Social**

Rua Orderigo Gabrielli, 577 - Centro - Descalvado - SP - CEP 13.690-000
E-mail - cmass.desc@yahoo.com.br - FONE/FAX - (19) 3583.8859 - 3583.4166

**RESOLUÇÃO Nº 003/2014**

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do co-financiamento do Governo Federal de 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DESCALVADO (SP), por seu plenário, reunião ordinária realizada no dia 15 de Setembro de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º da LOAS Lei Orgânica da Assistência Social- Lei Federal nº 8742, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo da Execução Físico e Financeira dos Serviços/Programas

Art. 2º Aprovar o Demonstrativo da Gestão PBF

Art. 3º Aprovar o Demonstrativo da Gestão SUAS

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Descalvado, 15 de Setembro de 2014.

CÉLIA MARIA CORSI ANTICO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

Administração:

Henrique Fernando do Nascimento

Responsável:

Iranir Aparecido Pedroso

Digitação, CTP e Impressão:

Gráfica Tribuna de Descalvado Ltda.

Rua Orderigo Gabrielli, 763 - Fone (19) 3583-1661

Fone/Fax (19) 3583-2350 - Descalvado/SP